



# ELD

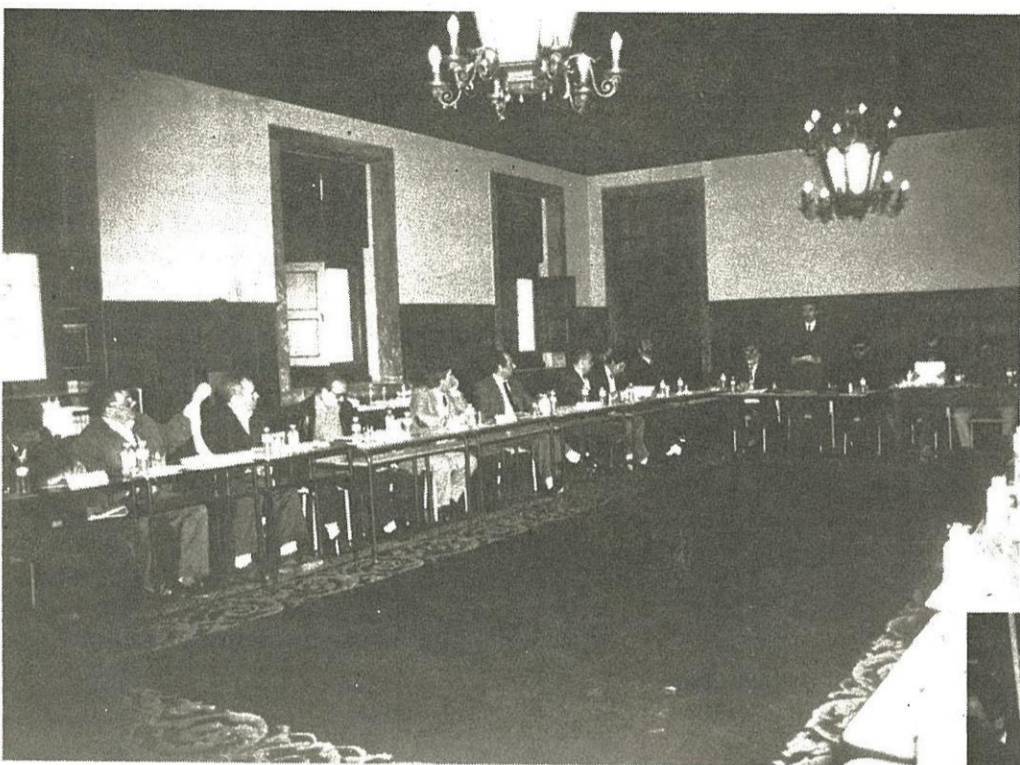


**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII - N.º 207

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Fevereiro 1992 — 100\$00



**ADFA em discussão  
sobre assistência mé-  
dica e ajudas técni-  
cas, tal como sobre  
«casos» de legislação**

## Conselho Nacional

**aprovou o respectivo Relatório  
de Actividades (1991) assim  
como os Plano de Actividades e  
Orçamento da Direcção Central  
(1992)**

**— decidido reforço e discussão  
nacional da estratégia reivin-  
dicativa**



### **ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA**

Nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, a M.A.G.N. convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA em Lisboa, pelas 14 horas do dia 28 de Março de 1992, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1991;
- 2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência de 1991;
- 3 — Actualização da quota para 1993;
- 4 — Proposta de expulsão do sócio n.º 6439, Jorge Manuel Figueiredo de Sá;
- 5 — Informações da Direcção Central.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 27 de Fevereiro de 1992.

A M.A.G.N.  
O Presidente

*Joaquim Francisco Couceiro Ferreira*

## **COMPARECE!**

O empenhamento  
individual é sinal  
de vitalidade  
colectiva



A ti, povo de

# TIMOR

a quem a distância foi dada como  
desculpa para o abandono a que foste  
votado, o nosso ABRAÇO





## NOTA DA REDACÇÃO

Como tem podido ser constatado pelos próprios leitores, o problema de falta de espaço no «ELO» começa a ser uma quase constante, obrigando-nos, por vezes, a uma maleabilidade nem sempre fácil, ou até desejável, como é o caso deste número, em que uma arrumação diversa, para não dizer mesmo duvidosa, nos permitiu «encaixar» quase tudo o que havia para publicar, incluindo algumas rubricas em atraso. Mesmo assim, e dada a necessidade de repetir o questionário associativo de forma mais destacada, com um verso que não prejudicasse o recorte de toda a página, não nos foi possível, por exemplo, incluir a relação de donativos deste mês para a nova Sede, para o que pedimos a melhor compreensão de todos, em especial dos respectivos contribuintes.

No entanto, esta situação poderia ser facilmente resolvida, sem ter de se ultrapassar o orçamento previsto para o jornal, se todos aceitassem o desafio, quer de angariarem novos assinantes quer de fazerem publicar publicidade das firmas de que são proprietários ou onde trabalham, tendo em atenção ainda que, para além do apelo ao acto associativo em si, existe um interesse material importante para os anunciantes, que é o facto de o «ELO» ser enviado a cerca de um milhar de entidades e instituições, desde gabinetes governamentais e militares a autarquias e associações de e para pessoas deficientes.

**Vamos participar nesta campanha para um «ELO» melhor?**

## ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes de que o preço de assinatura anual do ELO, para 1992, é de 1000\$00 (11 números).

Sabendo que continua a ser um valor simbólico, não queremos deixar de informar que tal tem origem não só na normal inflação, como também na melhoria do papel utilizado, nos custos elevados da policromia e na frequente necessidade de maior número de páginas, acontecendo até que, tal como certamente se verificará também este ano, o anúncio de aumento do custo de papel costuma ser posterior à nossa actualização.

Acreditando poder continuar a contar com o seu interesse e atenção, salientamos que, actualmente, o pagamento da assinatura deve ser feito pessoalmente no serviço de contabilidade da Sede, ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio, emitido em nome da ADFA e dirigido a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade  
Palácio da Independência  
Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

## Tabela de publicidade

Informa-se que a tabela de publicidade do ELO para 1992 é a seguinte:

1 página .....	72 000\$00
1/2 página .....	42 000\$00
1/4 página .....	24 000\$00
1/6 página .....	15 000\$00
— Módulos	
1 espaço (5 linhas) .....	420\$00
2 espaços (10 linhas) .....	720\$00
4 espaços (20 linhas) .....	1200\$00

Nota: Todos os anúncios estão sujeitos à taxa de 17%.

Anúncio até 10 palavras, a 1 coluna, para sócios é grátis.

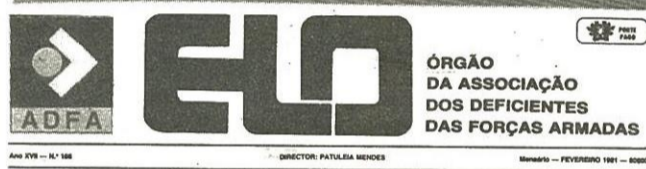


## 1.º aniversário da morte do general Firmino Miguel

Tendo decorrido em Mafra, no dia 9 de Fevereiro passado, cerimónias evocativas do falecimento do general Firmino Miguel, ao tempo chefe do Estado-Maior do Exército, às mesmas não quis deixar de se associar a Direcção Central, já que, muito para além de relações meramente formais ou protocolares, sempre aquele ilustre oficial mostrou o maior interesse e empenho pessoais em todos os assuntos que à ADFA diziam respeito, dela tendo sido um verdadeiro Amigo.

Os presidente e 2.º-secretário da Direcção Central estiveram, assim, ao

lado das inúmeras personalidades que se juntaram para esta homenagem, com destaque para o ministro da Defesa Nacional, chefes dos Estado-Maior General das Forças Armadas, da Armada, do Exército e da Força Aérea, marechais António de Spínola e Costa Gomes, comandantes das várias Regiões Militares, presidente da Câmara Municipal e outras, enquadradas por enorme e comovida multidão, quer na missa de sufrágio celebrada na Basílica pelo bispo castrense e vigário-geral das Forças Armadas quer na cerimónia solene no Auditório da Escola Prática de Infantaria.



## TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA  
IMPRESSÃO ● MONTAGEM  
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES  
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE  
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**  
(sr. Mário Mendes)  
H. M. P. — Anexo Campolide  
R. Artilharia Um, n.º 107  
1200 LISBOA  
☎ 65 35 93

# NOVA SEDE

## PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Conforme a Nota da Redacção (pág. 2), não nos é possível este mês publicar a lista dos contributos recebidos neste período, o que faremos, esperamos, em Março, juntamente com a desse mês. Um caso curioso, no entanto, queremos relatar. Estávamos na dúvida se, apesar do facto, deveríamos ou não indicar a verba agora recebida, somando-a à transportada, tanto mais que o total, por meros 70 mil escudos, não atingia ainda o tão difícil degrau dos 10 mil contos, quando fomos informados de que estava para processamento uma relação de... PONTA DELGADA! A primeira! E que nos trazia 75 mil escudos!

Assim, com contribuições recebidas na Sede, em Coimbra, em Ponta Delgada, em Setúbal e em Viseu, transportam-se para Março 10 005 398\$20.

Veremos se, ultrapassado este número psicológico, voltamos a novo arranque, agora já para a meta final. É o esforço, o desafio para os campeões, para o prémio da montanha...!

Entretanto, e no que diz respeito ao trabalho da Comissão de Fundos, alguns novos desenvolvimentos há a referir: data, afinal, para o período da Páscoa, no Salão Nobre do Palácio da Independência, a exposição de toda a série de quadros da pintora Helena Justino, sobre África, e de onde faz parte «Batalha II», obra cuja total edição litográfica foi oferecida, conforme ELO de Janeiro, à ADFA, pela Editora Preto no Branco, para comercialização (voltaremos a este assunto em

Março, mas recordamos que os nossos sócios, e também os assinantes do ELO, podem ainda inscrever-se para reserva «numerada» da litografia, ao preço de 15 000\$00; contactos definitivos para a produção do vídeo sobre a ADFA e para a sua posterior divulgação televisiva; estado avançado do planeamento de um sorteio nacional com prémios extremamente aliantes, talvez até automobilísticos e brasileiros...; e outros, já que esperamos que os próprios sócios nos escrevam a dar algumas sugestões.

Por seu lado, o envio de cartas às mil maiores empresas vai continuando, tendo já sido recebidas mais respostas, algumas bem positivas, a acrescentar à do período anterior (recorde-se, BESCL c/100 contos), RTP (c/200 contos), EDP, CIMPOMOVEL, PUBLICIS/CIESA e PORTUCEL (c/100 contos) e ROBBIALAC (c/150 contos), para além da CIMPOR que contribuiu com 200 sacos de cimento. Cremos que, em simples acto de justiça, deverá se aqui lembrada, juntando-se a este grupo, a empresa MOTA e C.ª que, faz já agora 2 anos (JAN90), e como resposta imediata a um simples contacto por carta de um amigo da ADFA, enviou então um cheque de 250 contos.

Quanto à nova Sede em si... só vendo! É que, na verdade, é difícil indicar ou explicar o seu actual estado, visto o trabalho estar na fase de tectos, caixilharias e outros acabamentos. Isto quer dizer, no fundo, que... temos obra!



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9 500 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00  
Fora da Europa: 2100\$00  
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)



## ADFA contacta os mais altos responsáveis pelos serviços de saúde do Exército

Dentro de regulares encontros que se vêm mantendo, e desejam continuar a manter, com os diversos serviços de saúde militar, foi a Direcção Central recebida, em 12 do corrente, pelo director do Serviço de Saúde do Exército e, a 20, pelo director do Hospital Militar Principal, com vista a serem tratados diversos problemas, com especial acuidade os que se referem ao relacionamento e assistência médica aos deficientes militares e a matérias que têm com a crescente degradação no fornecimento e reparação de próteses e outras ajudas técnicas.

Na primeira daquelas reuniões, além das preocupações atrás referidas, a ADFA focou ao brigadeiro médico Carrilho Ribeiro a vantagens, para os serviços hospitalares e para os deficientes militares, da celebração de um protocolo para forneci-

mento, e manutenção, por parte do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia — CRPG —, de material protésico e outro, àqueles, com garantia de prestação de um serviço nacional de qualidade, com mútuo proveito.

Foi, pelo responsável do SSE, comunicado, na altura, à Direcção Central, o facto de terem sido suspensas as deslocações ao Hospital Militar de Hamburgo, o que, além de surpresa, causou forte estranheza, até porque, pouco tempo antes, e consultada a ADFA, tinha sido nomeada para intérprete acompanhante dos nossos internados naquele estabelecimento Maria Domingas Pereira (por todos conhecida por Domi), em substituição do nosso sócio António Macedo, nomeado vice-cônsul de Portugal em Telavive, o que nos pareceu sintoma de normalidade na continuação de tais deslocações.

Quanto à reunião de trabalho com o coronel médico Eduardo Mota, foi-lhe manifestada a profunda preocupação da Associação devido a relatos que nos têm chegado através de numerosos sócios, no que respeita à desumanização do atendimento que actualmente é prestado em vários serviços clínicos do HMP e a excessiva burocracia do respectivo sector administrativo que, além de ocasionar várias e demoradas deslocações, também contribui, conjuntamente com as normas em vigor, para a falta de dignidade e de eficiência que rodeiam o fornecimento das ajudas técnicas, cuja entrega ou reparação tantos e tão graves problemas têm provocado aos deficientes utentes daquela unidade hospitalar. Esta ocasião foi aproveitada para informar o director do HMP que a ADFA, na tentativa de contribuição para melhor conhecimen-

to das questões apontadas, iria promover uma mesa-redonda com sócios utilizadores dos estabelecimentos hospitalares dos três ramos das Forças Armadas.

Julga a Associação que ambos os interlocutores, conhecedores já dos problemas apresentados, ficaram para os mesmos mais sensibilizados, tendo manifestado disposição e empenhamento pessoal na procura de soluções que visem ultrapassar a situação presente. Nota: foi, entretanto, pela Direcção Central, enviada ao general do CEME, com conhecimento a estes dois responsáveis dos Serviços de Saúde do Exército, uma carta manifestando a sua grande preocupação face à suspensão de idas ao HM de Hamburgo, solicitando, da sua parte, o melhor interesse e vontade no desbloqueamento de tal questão.

## LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA EM DEBATE NO ELO

ELO, em compromisso com a sua função de auscultar, tratar e divulgar grandes temas de interesse e preocupação para os associados, decidiu, em complemento da estratégia e contactos de carácter reivindicativo da ADFA, equacionar alguns problemas de premente e oportuna acuidade que abrangem matérias da área assistencial prestada pelos hospitais militares e do foro legislativo.

Nesse propósito, organizou já, em data recente, uma mesa-redonda em que reuniu significativo número de grandes deficientes utentes dos vários

estabelecimentos hospitalares dos três ramos das Forças Armadas, designadamente dos serviços de fisioterapia, com deficiências que os obrigam ao uso de próteses dos membros inferiores ou dos superiores e ainda de cadeira de rodas.

Em debate estiveram temas que versaram, em primeiro lugar, a qualidade de assistência médica na área da fisioterapia, em segundo, o sistema burocrático e de acompanhamento que domina no circuito clínica médica-conselho administrativo-fornecedor de próteses, e em terceiro e último, as sugestões individuais en-

tendidas como mais eficazes para alteração e melhoria do sistema.

Para ouvir e fazer uma análise sobre os problemas levantados, esteve também presente o director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia que produziu intervenções de carácter técnico-profissional, avançando, em síntese das várias ideias expostas, com propostas concretas a ter em conta em futuros contactos com as instituições de assistência médica militar.

Por outro lado, dentro de matérias entendidas como prioritárias na estratégia da reivindicação legislativa, foram já en-

trevistados alguns associados, ou familiares, sujeitos de casos de incapacidade adquirida em serviço inferior a 80%, perda de subsídio de risco e não atribuição de pensão de preço de sangue a dependentes de DFA falecidos, com menos de 60% de incapacidade.

Outras situações de carácter assistencial e legislativo continuarão a ser tratadas pelo ELO que, no entanto, devido à exiguidade de tempo decorrido e à dificuldade e complexidade de tratamento deste tipo de intervenções, só em Março dará início à sua divulgação.

## PONTO DE ENCONTRO

Regressamos hoje às marcações do nosso «Ponto de Encontro», desta vez com o nosso associado Jaime Ferreri que no próximo dia 4 de Março lançará a sua mais recente obra, «Fizeram de Mim Soldado» (Editora Correio do Minho), na Feira do Livro, da Imagem e do Som que decorrerá em Braga, desde essa data até 8 do mesmo mês.

Recordando que ELO já apresentou, em Setembro de 1989, alguns excertos do seu título «O Cabrito Montês», agora dois muito pequenos apontamentos transcritos deste novo romance, seus princípio e fim:

«O comboio transpusera de véspera a linha ferrugenta do

*Campo da Agonis. Das paredes arratadas do batalhão, em formigueiro, carregava as malas, os sacos, as lembranças dos amores, a raiva daquela forçada partida. Das garitas onde os magalas sopravam beijocas às peixeiras da doca subiam já os sussurros do silêncio a que o mar, por entender, se associava. Os peixes vinham à tona sondar o carpil das gaiotas e o soluçar abafado dos pescadores. Não era apenas o filho do Calafate a trocar o bote naquele embarque. Todos eram filhos naquela partida que envergonhava a cidade. Dum quartel abandonado partia o comboio, sem um apito no escuro da noite, sem um chefe de estação, sequer,*

*levantando a bandeira. Como um ladrão, na calada, a roubar o redil o cordeiro à mãe...*

*Viana parava nos lenços brancos das janelas. Os homens a desejar que o monstro cavalgasse depressa, que passasse aquela ponte, que estancasse o sofrimento. Valia mais partir no silêncio, anónimo, frio como o Poder que ordenara a chacina.*

*... Sentiu-se adormecer, nos olhos que pesavam. Bateram-lhe no ombro a informá-lo do fim da viagem.*

*Era um papel, targeado na barra negra, a meter-se por ele dentro no momento conhecido que ostentava... é amanhã o funeral, disseram-lhe em rumorejo. O Rai-*

*undo matou-se, numa corrida à procura da perna amputada, num enterro de cão que o padre exigia, num desinteresse da terra a preferi-lo herói.*

*Vieram todos, o Artur, o Calafate, o Barca, o Alberto, no tempo da demora que a autópsia exigia. Também chegara a tempo o alferes Fernandes no telegrama enviado. Não houve salva de soldados, água-benta a benzer-lhe a cova, nenhuma bandeira a cobrir o caixão. O Alberto tirou das costas a concertina, a raiva a largar em gemido as notas, os cinco a cantar, enquanto a urna baixava à terra e depois, rua abaixo, o poema do Cancioneiro do Niassa no último adeus que o Raimundo preferia».*

## EDITORIAL



Recém-aprovado o Plano de Actividades da Direcção Central para o corrente ano, pelo Conselho Nacional, foi o mesmo aí, até pelo seu carácter ambicioso, objecto de ampla e participada análise.

Particular realce no debate foi dado à parte de legislação que, unanimemente, foi considerada carecer, em complemento e impulso da estratégia traçada, de uma dinâmica e alargada discussão associativa, a nível nacional.

É verdade que a ADFA é reconhecida pela sua intervenção positiva na problemática da reabilitação, com significativo contributo ante a comunidade, na mudança de mentalidades e consequente alteração de comportamento e atitudes, face à pessoa deficiente, tal como se constituiu em referência nacional e internacional na sua qualidade de representante de antigos combatentes e de vítimas de guerra.

No entanto, a aceitação política da organização, como interlocutora responsável e dialogante, terá de entender-se, principalmente quando em causa matéria legislativa, como garantia na procura de resolução prioritária do que ainda há para fazer e publicar no que a deficientes militares se refere.

Direitos e dignidade que, embora já adquiridos, urge consolidar, reivindicações oportunamente apresentadas, da mais elementar justiça, que concernem a grandes deficientes em serviço e sem nexos de causalidade com este, viúvas e órfãos de deficientes militares e a não sujeição a IRS das nossas pensões, entre outras, são realidades bem evidentes e, a nosso ver, suficientemente equacionadas para passarem a força de lei.

É fundamental que o interesse manifestado pelo Conselho Nacional ao incentivar o reforço da dinâmica da estratégia assumida para esta área, pela Direcção Central, seja agora compartilhado e participado pelo todo associativo na Assembleia Geral que se avizinha, no sentido último de que a Pátria possa dar o que merecem aqueles que tão generosamente lhe entregaram o melhor de si próprios quando tal lhes foi pedido.

A DIRECÇÃO CENTRAL

## SÓCIOS FALECIDOS

**ADELINA SALVADORA CABRAL DE MEDEIROS**, sócia n.º 6330, natural e residente em Ribeirinha, Concelho de Ribeira Grande, faleceu no passado dia 22 de Dezembro de 1991.

Pensionista de preço de sangue por seu filho, Manuel de Medeiros Cabral, falecido em Angola.

**HORÁCIO LEITÃO SILVA**, sócio n.º 12656, natural e residente em Ribafeita, Concelho de Viseu, faleceu no passado dia 17 de Janeiro de 1992.

Pensionista de preço de sangue por seu filho, An-

tónio Leitão da Silva, falecido na Índia.

**ARMINDO AMORIM NUNES**, sócio n.º 1958, natural e residente em Manique do Intendente, Concelho de Azambuja, faleceu no passado dia 17 de Janeiro de 1992.

Sócio com 25,2 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente/doença (cardiovascular) na Guiné.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Elsa Maria Tomás Gomes Nunes, e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.



**CENTRO  
DE REABILITAÇÃO  
PROFISSIONAL  
DE GAIA**



Av. João Paulo II  
Arcozelo  
4405 VALADARES  
Tel. (02) 762 77 86

O Suplemento do ELO de Dezembro passado sobre o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia deu uma ideia bastante alargada do que se pretende com a sua criação, em termos gerais. Hoje, através do resumo do seu relatório de actividades de 1991, e de outras informações adicionais, mostra-se já, na prática, o trabalho desenvolvido nos seus primeiros meses de existência e algumas condições e perspectivas para acções futuras.

### Relatório 1991

No corrente ano foram dados passos significativos na consolidação e desenvolvimento do projecto do Centro de Reabilitação que a ADFA vem tentando realizar, fundamentalmente através de dois actos:

— um primeiro, no plano interno, consistiu na institucionalização do Centro no interior da ADFA através de aprovação de um Regulamento Interno que define os objectivos, programas, autonomias, órgãos de gestão, etc;

— um segundo, permitindo a implementação cabal do projecto em instalações adequadas, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre o IIEFP, a CERCIGAIA e a ADFA.

Com estes dois actos foram criadas as condições para que o velho sonho da ADFA tenha expressão e realização concreta na plenitude que sempre se desejou.

Estes actos praticados pela ADFA e pela CERCIGAIA constituem gestos inovadores na sociedade portuguesa, tornando-as credoras de apreço e reconhecimento social.

Efectivamente significa o Acordo de Cooperação a capacidade para equacionar os problemas dos deficientes de forma «desclerotizada», isto é, com problemas comuns, que importa resolver em conjunto com outras entidades — do Estado e da sociedade civil — numa perspectiva de aproveitamento e racionalização dos recursos existentes.

Por diversas formas e em diversas circunstâncias, foi patente este reconhecimento no exterior da ADFA.

O trabalho desenvolvido em 1991 centrou-se assim em torno de quatro eixos fundamentais:

1 — Continuação dos programas de trabalho em curso no Centro.

2 — Preparação, elaboração e implementação do Regulamento do Centro e do Acordo de Cooperação entre o IIEFP, CERCIGAIA e ADFA, nomeadamente;

— preparação e discussão dos documentos;  
— instalação dos órgãos previstos nesses documentos?  
— definição, preparação e execução das obras de adaptação e acabamento do novo Centro;  
— definição dos equipamentos necessários.

3 — Campanha de promoção do novo Centro junto dos variados segmentos de público com quem se relaciona, no sentido de divulgar os seus programas, os seus destinatários, a localização, enfim, identificando-o completamente junto dos seus utilizadores quer individuais quer institucionais.

Neste âmbito escolheu-se como espaço e tempo privilegiado para o fazer a AJUTEC-91, o que produziu excelentes resultados.

4 — Elaboração de vários projectos de investigação e desenvolvimento em reabilitação com o objectivo de dotar o Centro de profissionais e metodologias capazes de cumprirem com a máxima eficácia possível os seus objectivos.

Destes, está já em curso — projecto MODEMA — apoiado pela Comunidade Europeia no âmbito da Iniciativa TIDE.

Três outros estão em fase de aprovação no âmbito do Programa HORIZON.

Este trabalho envolveu imensos contactos internacionais, uma vez que esses projectos são desenvolvidos em parceria com entidades de outros países comunitários, e mesmo com entidades nacionais.

Ainda no corrente ano foi constituída a FORMEM — Federação Portuguesa de Centros de Formação e Emprego de Deficientes, tendo o Centro desempenhado papel fundamental nesse processo, participando activamente na Comissão Instaladora.

Nas eleições para os órgãos sociais da Federação, realizadas em Dezembro, o Centro e o seu director foram eleitos para a presidência da direcção.

Como é já habitual, o Centro foi visitado por grupos de alunos de escolas de enfermagem e por técnicos, este ano também da França e da Holanda.

### Serviços já disponíveis

No âmbito do trabalho anunciado, está já disponível, desde 17 de Fevereiro p.p., o «Serviço de Avaliação/Orientação», no qual, transitando da ADFA, a respectiva equipa pretende, numa perspectiva global, sistémica e pluridisciplinar, avaliar a estrutura de aptidões/capacidades das pessoas deficientes, como utentes do serviço, integrando a informação nos domínios físico-funcional, psicológico, social e pedagógico. Findo este processo, são definidas condições para a concretização do projecto profissional dos candidatos, rentabilizando ao máximo os recursos existentes, ajudando a resolver os seus problemas de emprego e outros com eles relacionados.

Para marcação de entrevista deve ser contactada a dr.<sup>a</sup> Manuela Bessa (tel. 02/7629065), assim como para obter mais informações e esclarecimentos se deve ligar para a dr.<sup>a</sup> Helena Pratas (tel. 02/824055) que continuará, durante o período transitório, nas instalações da Delegação do Porto da ADFA.

Para melhor ideia do âmbito e do reconhecimento do trabalho deste serviço, podemos acrescentar que a sua equipa fez atendimento, no ano de 1991, a 212 utentes que recorreram ao Centro, alguns dos quais enviados por diversas outras instituições, nomeadamente hospitais e escolas de ensino especial. Do total indicado, 56 concluíram o processo de avaliação/orientação, 30 tiveram apoio psicológico e social, 62 foram apoiados na obtenção de subsídios para a execução de ajudas técnicas e 64 iniciaram o processo de A/O.

### Sistema de Transportes

A localização do Centro poderá criar, inicialmente, alguma dificuldade no acesso dos utentes.

Assim e para obviar a estas dificuldades, vão ser implementadas duas estratégias:

1. Informação largamente difundida da localização do Centro e do sistema de transportes públicos do «Grande Porto» para lá;
2. Organização de um sistema de transporte próprio para servir sobretudo as populações residentes na zona oriental do «Grande Porto», nos seguintes moldes:

#### Ligação diária.

Para profissionais e formandos:

PORTO (ADFA?, BOAVISTA?)	ARCOZELO	PORTO
8H30	9H/17H	17H30

Para utentes:

ADFA	ARCOZELO	13H00/17H30
9H30	10H/12H30	
14H00	14H30/17H00	

Ligação nos dias da consulta no HMR 1 (para sócios da ADFA):

A carrinha levará os sócios, do HMR 1 para o Centro e colocá-los-á de novo na Delegação da ADFA, após a conclusão do trabalho ali a fazer.

### Projecto MODEMA

Tal como indicado no Suplemento de Dezembro, entre as várias acções englobadas no programa «Investigação e desenvolvimento em reabilitação», do CRPG, encontra-se o projecto MODEMA, o qual, integrado na iniciativa TIDE da Comunidade Europeia, visa promover a resolução dos problemas de integração profissional de deficientes no mercado do emprego e do trabalho, pela melhor utilização da tecnologia disponível e pela inovação tecnológica, criando, ainda, um modelo explicativo e geral que será implantado sob a forma de um sistema pericial (KBIS-Knowledge Based Information System), construído com base numa linguagem de inteligência artificial.

Para a sua concretização foi criado, após encontros prévios levados a cabo pela Comissão das Comunidades, um consórcio constituído por 5 países e 6 organizações como no quadro a seguir se indica:

País	Organização	Estatuto
Bélgica	BIKIT	Líder do Projecto
Inglaterra	HATFIELD	Membro
Inglaterra	FERNETECH	»
Noruega	SINTEF	»
Portugal	ADFA/CRPG	»
Espanha	FUNDATION MAPFRE	»

O projecto, iniciado em Janeiro passado, tem a duração de dezoito meses e dada a curta duração do mesmo, os parceiros concordaram em concentrar nesta fase a sua análise em dois tipos de deficientes — visual e motora — e em dois ambientes de trabalho — o escritório e o industrial —, tomando como referência a realidade dos países dos parceiros envolvidos neste projecto.

O Centro tem uma participação activa neste projecto, nomeadamente liderando um dos 8 pacotes de trabalho que o constituem.

### Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Deficientes

Porque importante no panorama social do País, em termos de movimento associativo de e para pessoas deficientes, aqui se dá conta, também, numa primeira abordagem sobre esta instituição, da recente oficialização da Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Deficientes — FORMEM —, a qual integra já 34 organizações ligadas às mais diversas áreas e tipos de deficiência, do norte a sul de Portugal.

Do programa da lista eleita para os respectivos Órgãos Sociais — triénio 91/94 —, de que é Presidente da Direcção, o Director do CRPG, e nosso sócio, Jerónimo de Sousa, transcrevemos:

#### 1991/1994

Os objectivos consignados nos estatutos da FORMEM apontam claramente como sua vocação fundamental constituir-se como parceiro social no domínio da reabilitação profissional, nos planos nacional e internacional, destacando-se por razões óbvias, ao nível da segunda dimensão, o contexto da Europa Comunitária.

Apoiados neste pressuposto entendemos que o sucesso da Federação, enquanto parceiro social, dependerá fundamentalmente de duas condicionantes:

- a capacidade negocial, que depende directamente da sua credibilidade, seja perante os próprios associados, seja perante os seus interlocutores institucionais;
- a qualidade e justeza das suas intervenções e das suas propostas.

Assim, entendemos que o trabalho dos órgãos deve ser balizado por estas duas condicionantes, e propomos como objectivos fundamentais do nosso trabalho, durante o triénio, os seguintes:

1 — Afirmação imediata da Federação junto dos seus públicos como entidade credível, responsável e activa;

2 — Desenvolvimento de um trabalho de reflexão e análise sobre os problemas de reabilitação profissional, em ordem à melhor fundamentação das posições e propostas da Federação;

3 — Participação activa na definição da política e do sistema de reabilitação profissional, nos planos nacional e comunitário, com destaque imediato para as questões prioritárias e inadiáveis.

Para a consecução dos objectivos enunciados propomos-nos realizar as seguintes acções:

- 1 —
  - Elaborar de imediato a logomarca da Federação.
  - Comunicação permanente com os sócios através de uma folha informativa regular.
  - Acompanhamento permanente das iniciativas, programas e acções no domínio da reabilitação profissional, quer no plano nacional quer no plano comunitário, disponibilizando a informação concernente e apoiando os sócios na participação nessas iniciativas.
  - Apresentação imediata da Federação aos Ministros do Emprego e Segurança Social, Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Presidente da Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Secretária Nacional de Reabilitação e Director de Serviços de Reabilitação do IIEFP.
- 2 —
  - Realização de um estudo de diagnóstico do sistema de reabilitação profissional em Portugal, o qual deverá estar concluído em finais de 1992 e gerar um relatório de avaliação do sistema.
  - Realização de um encontro de Centros — sócios e não sócios — para referendar e apoiar o trabalho de análise do grupo de trabalho, antes da redacção final do relatório.
  - Realização de estudos especializados por áreas/problema, a partir do relatório de avaliação, encomendados a grupos de trabalho e a apresentar até finais de 1994.
- 3 —
  - Atenção permanente aos problemas correntes inadiáveis dos sócios.
  - Diálogo permanente com a tutela da reabilitação profissional.
  - Participação activa na Confederação Europeia de Centros.

A lista que ora se apresenta às eleições para os órgãos sociais entende que o trabalho a desenvolver deve ser assumido por todos os órgãos e não apenas pela Direcção e, mais ainda, deve implicar também os sócios quanto tal for conveniente e possível.

Entendemos ainda que importa adoptar uma filosofia de gestão que garanta a consecução dos objectivos nos melhores prazos e com a eficácia desejada, pelo que procuraremos imprimir uma filosofia de voluntariado comprometido para a realização das acções fundamentais.



## • DELEGAÇÕES •

### COIMBRA

#### Na hora da despedida...

Elisabeth dos Santos Correia exerceu, durante algum tempo, a sua actividade na Delegação, através do Projecto ATP.

Finalista do curso superior de Serviço Social, na despedida não quis deixar de nos dar a sua breve opinião sobre a instituição que, por dois meses, foi o seu local de trabalho. Esperamos que a ADFA tenha contribuído positivamente para o reforço dos conhecimentos que, no futuro, lhe irão ser necessários.

Resta-nos desejar à Elisabeth as melhores felicidades para o último ano do seu curso, esperando que tenhamos ajudado à formação de uma boa profissional e à sua valorização pessoal nos mais diversos aspectos.

«Conheci a ADFA por coincidência, num trajeto da minha vida. Desconhecia a Associação por completo, mas com o decorrer do tempo pude verificar e constatar o que é a ADFA e o que representa.

*Penso que a sua existência é fundamental no contexto social em que estamos inseridos.*

*Não existe nenhuma associação ou instituição que zele pelos deficientes das Forças Armadas como a ADFA.*

*Falando concretamente da sua Delegação de Coimbra — cidade de mistério —, dentro dos poucos recursos económicos e humanos que possui, desenvolve uma actividade de extrema importância, tendo uma capacidade de resposta polivalente, isto é, tem um presidente e um administrador multifacetados que tentam, de uma forma ou de outra, solucionar os problemas que se lhes deparam. E não é fácil ser presidente ou administrador de uma associação quando os recursos são escassos.*

*Penso que devia existir uma maior intervenção por parte do Estado e, muitas vezes, um maior apoio e empenho por parte dos sócios. Afinal a Associação existe para eles.»*

Elisabeth dos Santos Correia

### PORTO

#### Reunião de sócios em Santa Maria da Feira

A Direcção da Delegação avisa os sócios da área que se vai realizar, no próximo dia 14 de Março, pelas 15 horas, no salão da Junta de Freguesia da Feira, uma reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 01 — informações, e
- 02 — escolha dos representantes do Núcleo de Santa Maria da Feira.

#### Excursão a Castelo Branco

O grupo de trabalho das actividades desportivas e recreativas da Delegação promove uma excursão turística à região de Castelo Branco, com passagem pela serra da Estrela, nos próximos dias 1 e 2 de Maio.

Os interessados devem contactar, desde já, os serviços da Delegação.

**PARTICIPA**

#### ADMITE-SE

##### — trabalhador para a Delegação

A Delegação do Porto vai admitir um(a) escriturário(a) para os serviços administrativos.

##### Exige-se:

— conhecimentos de dactilografia, arquivo e ficheiros;

— experiência de atendimento ao público;

— conhecimentos de informática ao nível do utilizador;

— alguns conhecimentos de contabilidade;

— 9.º ano de escolaridade ou equivalente, e

— sensibilidade para a problemática da deficiência.

As respostas, com «curriculum vitae», devem ser enviadas para a delegação do Porto.

— R. Pedro Hispano 1105, 4200 Porto —, até ao dia 16 de Março.

## INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

### Serviço de contencioso

#### — atendimento aos sócios —

Na continuação da reestruturação já há tempos empreendida no Serviço de Contencioso da Sede, informam-se os sócios que o nosso advogado passou a receber os interessados as 3.ª e 5.ª-feiras a partir das 14 horas, devendo ser feita a respectiva marcação prévia quer pessoalmente quer pelo telefone (01) 346 21 67/8.

### IRS

#### — preenchimento —

Conforme já informado no ELO de Janeiro, os serviços normais da secretaria da Sede estão à disposição dos sócios para informação e colaboração no preenchimento das «Declarações Modelo 1» do IRS (cuja entrega decorre de 27FEV a 14MAR), estando também especialmente abertos, para esse fim, nos dias 5, 10 e 12 de Março, entre as 18 e as 20H.

### Desbloqueamento de escalões

Infelizmente ainda nada pode ser adiantado em relação a este assunto que já há muito se arrasta. Para além dos dados contidos na informação prestada no último ELO, nada mais foi possível apurar, mau grado as tentativas feitas pelos nossos serviços.

De qualquer modo, parece ser mais importante do que urgente, a procura de uma solução justa, ainda que demore mais tempo, dentro da filosofia geral que a ADFA tem defendido, no sentido até do cumprimento do espírito da lei, e que entende que o deficiente militar deve ser considerado, pelo menos, no escalão mais alto do seu posto, independentemente dos anos em que aí se manteve, dado ter direito ao «tempo por inteiro».

### Calendário de crédito em conta de pensões

Estão à disposição dos interessados, nos serviços de secretaria da Sede e das Delegações, exemplares do calendário de crédito em conta das pensões, da Caixa Geral de Aposentações do Montepio dos Servidores do Estado, os quais nos foram enviados pela C. G. D.

Do mesmo trascrevemos a parte que mais interessa aos nossos associados:

#### Pensões de Aposentação e Reforma

TIPO \ MÊS	MAR.	ABRIL	MAIO	JUN.	JUL. a)	AGO.	SET.	OUT.	NOV. b)	DEZ.
Invalidez (090 e 091)	17	15	15	16	15	17	16	15	17	15

#### Pensões de Sobrevivência

Preço de Sangue (098)	19	20	19	19	17	19	18	19	19	17
Sobrevivência (099)	20	21	20	22	20	20	21	20	20	18

Confirme o seu código de agrupamento pelo cartão de pensionista

a) Também 14.º mês.

b) Também Subsídio de Natal.

Nota: A «Prova de Vida» foi feita em Fevereiro.

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

#### Cursos/Sede para 1993

Estão abertas inscrições para os cursos de Formação Profissional a levar a cabo pela ADFA em Lisboa, conforme seguidamente se indica:

**CURSOS:** Técnico Ceramista, Técnico Reparador de Electrodomésticos, Técnico de Artes Gráficas e Técnico Administrativo.

**DESTINATÁRIOS:** Indivíduos portadores de deficiência física, adquirida ou congénita, cuja idade mínima seja 16 anos.

**DURAÇÃO:** 1600 horas com início em Janeiro de 1993, excepto Técnico Administrativo com início em 15 de Abril de 1992.

**LOCAL:** Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 1194 Lisboa Codex.

**CUSTOS:** A acção é co-financiada pelo FSE e apoiada pelo IEFP.

Aos formandos é atribuída uma bolsa de formação que inclui seguro de risco e um subsídio de transporte.

**CERTIFICADO:** Concessão de um certificado final (diploma).

**INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:** Na ADFA, Dep. Reabilitação ou pelo telef. 3426247.

#### Bolsas de estudo da Fundação MAPFRE

Como já se tornou hábito por esta altura do ano, a Fundação MAPFRE divulgou agora o seu plano de bolsas de estudo, pela sexta vez extensível a Portugal.

Poderão concorrer todas as pessoas afectadas por deficiência física, adquirida ou congénita, cuja idade esteja compreendida entre os 17 e os 40 anos.

Os cursos, com a duração máxima de dez meses, terão lugar no Centro de Reabilitação da FREMAP em Majadahonda (Madrid), versando uma das especialidades existentes, cobrindo as bolsas todas as despesas ocasionadas com a formação do bolseiro.

Os interessados nas Bolsas poderão solicitar mais informações e fazer a sua inscrição provisória, pedindo o questionário oficial e indicando a deficiência física, idade e nível de estudos, antes do próximo dia 20 de Março para:

FUNDACION MAPFRE  
Delegação em Portugal  
Av. da Liberdade, 40-7.º  
1200 LISBOA

Informa-se também que as especialidades existentes são as seguintes:

Autoedição, Mecânica (automóvel), Electricidade (automóvel), Bombas de injeção em motores diesel, Carpintaria de alumínio, Qualidade industrial — laboratório de metrologia, Qualidade industrial — ensaios de materiais, Qualidade industrial — metalografia, Marcenaria — máquinas, Marcenaria — montagem, Electricidade industrial — manutenção industrial, Electricidade industrial — instalações eléctricas, Electricidade industrial — reparação de electrodomésticos, Electrónica Industrial, Electrónica — imagem e som, Soldadura, Soldadura — TIG, Soldadura — MIG — MAG, Soldadura oxiacetilénica.

### QUOTAS — Desconto em conta bancária

Contrariamente ao anunciado no ELO passado, possivelmente não será ainda em Fevereiro que começará a ser debitado em conta bancária os valores das quotas da Associação para o 1.º semestre de 1992, dada a complexidade do sistema informático próprio.

No entanto, os sócios que já aderiram não devem ficar preocupados com esta demora visto que ela não implica qualquer contratempo associativo, devendo nos próximos meses estar tudo normalizado, sendo o

desconto relativo ao 2.º semestre ser já feito na data própria.

Entretanto, e porque este novo método de pagamento é de aceitação permanente, em qualquer altura o sócio que ainda não o fez pode optar por ele, remetendo para os nossos serviços o impresso que oportunamente lhe foi enviado ou, caso o tenha perdido, pedindo outro à Sede ou à Delegação.

A terminar, informa-se que o desconto aparecerá na conta-corrente de cada um como «ADFA quota».

**QUOTAS por desconto em conta bancária:  
forma moderna de participação activa.  
Contacta Sede, Delegações ou Núcleos.**



# CONSELHO NACIONAL

Estabelecem os Estatutos da ADFA, no n.º 4 do Art.º 35.º, que «O Conselho Nacional reunirá ordinariamente duas vezes por ano para aprovar o Orçamento Geral da ADFA e o seu próprio Relatório de Actividades a apresentar à Assembleia Geral Nacional». Dadas as características das duas reuniões, e a sua necessária proximidade, tem sido prática, até para obviar a duplicação de despesas, juntar as duas sessões numa só, com uma única Convocatória, efectuando-as no mesmo dia, o que tem sido encarado por alguns como falseando a letra dos Estatutos, dado considerarem a existência apenas de um Conselho Nacional por ano.

Talvez para obviar a tal interpretação, e respeitando à letra o estatutariamente estabelecido, a Mesa da Assembleia Geral Nacional convocou, desta vez, tal órgão para duas reuniões distintas.

Assim, e nos termos do disposto nos Artigos 35.º-4 e 37.º dos Estatutos, foram convocados os membros do CN para uma reunião ordinária, a realizar na Sede, pelas 10.30 h do dia 22 Fev. 92, com a seguinte Ordem de Trabalho:

1 — Apreciação e votação do relatório de actividades

expor as que estão previstas, com referência especial para um próximo encontro de trabalho que, num ambiente propício a reflexão informal, mas que poderá ser conclusivo, reunirá não só elementos dos órgãos sociais incluídos no processo como também os autores das propostas existentes, seguiu-se participada troca de impressões, com o levantar, por parte dos conselheiros, de várias

(propostas no MDN, desbloqueamento de escalões, IRS, grandes deficientes, com 70%, Estatuto do Deficiente Militar e outros), a FMAC (reunião da CPAE para apoio aos ex-combatentes do Leste europeu), a União (2.º aniversário e reunião em Luanda, apoio a ex-combatentes, e famílias, dos países africanos em Lisboa, colaboração com a Fundação Ouro Negro, etc.), a

refere ao desbloqueamento de escalões, sendo opinião geral que embora se possa estar a criar uma falsa expectativa quanto ao assunto, já que os benefícios reais para uma boa parte dos sócios poderão ser relativamente poucos (que consideração aos soldados, assim como aos sargentos e oficiais milicianos, dado que estes, passando por três situações, terão estado, na generalidade,

recção Central e respectivo Plano de Actividades.

Aberta a sessão pelo presidente da MAGN, o mesmo deu, de imediato, a palavra à Direcção Central para apresentação dos documentos em apreciação.

Falando em primeiro lugar, o presidente da DC começou por fazer uma breve análise do papel da ADFA inserida num contexto de sociedade em mudança e em

tonomia/liberdade das Delegações, a que, claro, corresponderá maior responsabilidade.

Prosseguindo na análise do documento, o seu autor destacou, depois, os passos importantes que têm sido dados no sentido de uma progressiva autonomia financeira da própria Associação, não só por uma maior receita na quotização como também pelos investimentos lucrativos que foram feitos na Tipografia-Escola. A terminar, pediu que o Conselho desse uma ajuda para se encontrar um valor de consenso para as quotas de 1993.

Retomando a palavra, e após breves considerações sobre o que estava em discussão, o presidente da Mesa deu como aberto o período de debate, no qual, tendo-se inscrito bastantes conselheiros, foram analisados vários pontos da Ordem de Trabalhos, com considerações gerais de agrado pelo Orçamento proposto, com apenas uma proposta de ligeira alteração, a que permitiu a Bragança receber, por transferência voluntária de verbas das restantes Delegações, e em solidariedade para com a sua situação de interioridade e de dispersão populacional, uma maior quantia na rubrica «telefone e correio». Quanto à quota para 1993, embora sem um valor definido, pode-se dizer que prevaleceu a ideia de que ela deve sofrer um ligeiro aumento, mesmo que seja pela inflação, até para evitar o que aconteceu no ano passado, que foi um salto brusco devido a anteriores actualizações pouco realistas.

Sobre o Plano de Actividades, o debate, para além de valorizar a questão de melhor assistência e acompanhamento dos sócios, focou mais aspectos de legislação, tendo sido dadas à Direcção Central indicações bem precisas da necessidade de continuar a reivindicar a solução de situações mais gritantes, embora não tenha sido aceite, em votação, uma moção que pretendia definir, melhor talvez, impor, pontos não só concretos como também polémicos, os quais foram recusados, por um lado, por condicionantes de uma estratégia global já

## Aprovados Relatório e Plano de Actividades assim como Orçamento

questões. Assim, acabou por se entender que embora a parte técnica da revisão deva ser feita pelo Contencioso, são, fundamentalmente, os associados que terão de definir as linhas políticas gerais,

vida associativa (Delegação de Viseu, I Encontro Nacional de Núcleos...) e assistência médica militar (questão de fornecimento e reparação de próteses).

Em segundo lugar o 2.º-

um mínimo de tempo no último posto?), não deve ser abandonado o espírito reivindicativo, até no encontro com o espírito que motivou o D.-Lei 43/76... que está a ser atraído, sobre que todos os deficientes militares deverão receber pelo escalão mais alto.

A terminar este Conselho Nacional foi levantada uma questão que poucas vezes tem sido abordada, e respeitada, que foi a da necessidade do Conselho Fiscal Central apresentar um Parecer ao Conselho Nacional sobre as Delegações, o que não tem sido devidamente cumprido até por muitos dos Conselhos Fiscais Regionais não enviarem os seus próprios relatórios para o nacional. Com uma chamada de atenção da Mesa para se ter mais em conta esta disposição estatutária, foi encerrada a sessão.

Seguiu-se um rápido almoço na própria Sede, já que... nos termos dos mesmos Artigos 35.º-4 e 37.º dos Estatutos, haviam os conselheiros sido convocados para uma nova reunião ordinária do Conselho Nacional, também no Palácio da Independência, para as 14 horas do

que, apesar de tudo e talvez cada vez mais, a participação e a solidariedade são fundamentais. E, nesse sentido, aponta, mais uma vez, o plano de actividades proposto, tendo sido destacados, na intervenção do orador, e focando as suas várias envolventes e vertentes, pontos tais como a nova Sede (nossa Casa, num atendimento cada vez mais personalizado, a ligação ao Lar Militar...), a legislação (Estatuto do Deficiente Militar, subsídio de risco, grandes deficientes em serviço com 60%, viúvas e órfãos, escalões...), assistência médica militar (DSS, HMP, gabinete do utente...), vida associativa (jornadas internas, revisão estatutária, Núcleos, ELO e também Tipografia-Escola, Centro de Reabilitação do Porto e Formação Profissional) e relações externas (FMAC, União e SNR).

Seguidamente foi a vez do tesoureiro fazer a apresentação do Orçamento proposto, considerando que com ele, graças a diversos factores, as Delegações poderão viver com maior desafogo e dinâmica, já que lhes são assegurados, à partida, não só 70% das despesas com pessoal



do Conselho Nacional referente a 1991;

2 — Informações da Mesa da Assembleia Geral Nacional;

3 — Informações da Direcção Central.

Nesta conformidade, e pouco depois da hora indicada, foi, pelo presidente da MAGN, e confirmada a existência de quorum, dado início à sessão, tendo-se procedido, de imediato, à leitura da Acta da reunião anterior, a qual foi então aprovada e ratificada.

Entrando-se, seguidamente, no Ponto 1 da O.T., o 1.º-secretário da Mesa fez a leitura do Relatório de Actividades do CN referente a 1991, tendo, após posto a votação, o mesmo sido aprovado.

Passando-se ao Ponto 2, praticamente todo o debate se centrou sobre a questão crucial da revisão estatutária, tendo sido várias as opiniões expressas, mas reflectindo todas elas a urgência em acabar com o processo.

Depois do presidente da Mesa fazer um breve resumo das acções já empreendidas e

nomeadamente quanto ao alargamento da qualidade e tipo de sócios, ao continuar-se com eleições directas, à criação de uma Delegação em Lisboa, à descentralização das Delegações, ao papel dos Núcleos, à criação de um órgão para resolver conflitos institucionais e à também revisão do Regulamento Eleitoral. De qualquer forma, foi também considerado que não se pode esperar mais e que, sendo fundamental auscultar e sentir, digamos, a consciência geral, isso já foi suficientemente feito, havendo agora que avançar em definitivo, com base nos contributos recebidos.

Sobre o Ponto 3, foram prestadas várias informações pela Direcção Central, tendo, em primeiro lugar, o seu presidente feito uma exposição geral sobre as actividades deste órgão, com destaque para a nova Sede (contactos com vários Ministérios e Instituições Militares, verbas que aguardam aprovação do Orçamento Geral do Estado, Comissão de Fundos, etc.), a legislação

-secretário informou do estado das obras da nova Sede e das diligências que estão a ser feitas no sentido de que a transferência para as novas instalações não seja apenas uma mera mudança de local, envolvendo-a também num significado mais lato, com abrangências locais, sociais e culturais.

Ainda dentro deste período de informação, um elemento do Conselho Fiscal Central, membro da Comissão de Fundos, prestou mais alguns esclarecimentos sobre a actividade da mesma e seus projectos imediatos, e um conselheiro por Lisboa, ligado à Comissão do Estatuto do Deficiente Militar, falou sobre o espírito que preside aos respectivos estudos, procurando estes abranger num só diploma as três situações existentes — campanha, serviço e sem nexo de causalidade com este —, como também toda a legislação dispersa existente.

Após estas intervenções, entrou-se novamente num período de debate, várias tendo sido as questões levantadas, em especial a que se



dia 22 Fev. 92, agora com a seguinte Ordem de Trabalhos:

§ único — Apreciação e votação do Orçamento Geral da ADFA para o ano de 1992 apresentado pela Di-

reção Central e respectivo Plano de Actividades. Aberta a sessão pelo presidente da MAGN, o mesmo deu, de imediato, a palavra à Direcção Central para apresentação dos documentos em apreciação. Falando em primeiro lugar, o presidente da DC começou por fazer uma breve análise do papel da ADFA inserida num contexto de sociedade em mudança e em

recção Central e respectivo Plano de Actividades. Aberta a sessão pelo presidente da MAGN, o mesmo deu, de imediato, a palavra à Direcção Central para apresentação dos documentos em apreciação.

Falando em primeiro lugar, o presidente da DC começou por fazer uma breve análise do papel da ADFA inserida num contexto de sociedade em mudança e em



# QUESTIONÁRIO ASSOCIATIVO

**Será bom não esquecer que ser sócio da ADFA é assumir uma luta que é de todos para todos**

Embora já previsto, é infelizmente com demasiada, mesmo excessiva, razão que repetimos a publicação do questionário associativo apresentado em Janeiro. E infelizmente, porque a maioria dos sócios, dirigentes incluídos, ou não leu o jornal ou não se apercebeu da importância real deste documento, desde que, claro, preenchido e devolvido por um grande número de associados. É que, repete-se, para além da necessidade de actualizar ficheiros pessoais e de auscultar opiniões, queixas, desejos e sugestões, na vontade de melhor serviço pode ser prestado através de um conhecimento mais correcto de quem somos, existe também a possibilidade que não podemos, mais do que devemos, desprezar, de ser feito um estudo sério, em colaboração valiosa com dois sociólogos, o prof. dr. Óscar Soares Barata e a dr.ª Maria de Deus Saiote, sobre toda a realidade envolvente do deficiente militar, por meio da análise da sua origem, evolução e condição actual, num todo nacional.

Como já se disse anteriormente, só um grande número de respostas pode permitir um trabalho capaz, reflexo autêntico da situação existente. E só a partir dele, também, será possível planificar acções e apresentar ao Poder, local, regional ou nacional, propostas concretas, e baseadas em dados reais, quer para defender os direitos já alcançados quer para conseguir os ainda em falta na obtenção da dignidade merecida.

Parece-nos de extremo egoísmo, principalmente em relação àqueles deficientes militares que ainda não têm a sua situação devidamente resolvida, para não falar, também, da falta de respeito pelos que se apressaram a responder, consócios de todos nós, a negação de tal acto de solidariedade, bem contrária ao espírito de camaradagem que todos, repetidamente,

apregoamos ter existido nos tempos conturbados da guerra colonial.

Será bom não esquecer que ser sócio da ADFA é assumir participar numa luta que é de todos e para todos. Por isso, ao receberes este teu jornal, antes de tudo o resto, recorta já esta página e, após preenchido o questionário da forma mais realista e completa possível, envia para:

**ADFA/Inquérito DASC — Palácio da Independência — Lg. S. Domingos — 1194 LISBOA CODEX.**

Já agora, lembra-te que os impressos serão numerados por ordem de entrada, de modo a permitir fazer-se um sorteio de 3 discos compactos (CD) «Meninos d'ouro», edição da Fundação Ouro Negro, entre as respostas recebidas até ao dia 18 de Março próximo (uma semana mais do inicialmente proposto).

Ainda uma outra coisa: lê com atenção todo o questionário antes de o começares a preencher. E, se algumas perguntas te parecerem «esquisitas» ou desnecessárias, lembra-te que elas pertencem a um todo integrado, estudado de forma a responder, de forma global, a toda uma série de questões importantes e inter-relacionadas, sendo fundamental a tua opinião/situação. De qualquer maneira, garantimos-te que todo o documento será tratado de forma confidencial, muito em especial os dados que ultrapassem o carácter meramente associativo.

Por outro lado, e isso satisfazer-nos-ia bastante, podes sempre aproveitar o envio do questionário para nos escreveres a falar de outros temas e apresentar sugestões de trabalho associativo.

(DATA ENTRADA \_\_\_\_/\_\_\_\_/92 — N.º sorteio \_\_\_\_\_)

Nome \_\_\_\_\_ N.º de sócio \_\_\_\_\_

Morada actual \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Vives em: casa própria — alugada — de família (riscar o que não interessa)

Residência antes de adquirida a deficiência \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_

Nome da mulher \_\_\_\_\_

Filhos \_\_\_\_\_ Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado civil antes de adquirida a deficiência \_\_\_\_\_ N.º de filhos na altura \_\_\_\_\_

Tipo de deficiência \_\_\_\_\_ Local e condições em que adquiriu

a deficiência \_\_\_\_\_ Grau de incapacidade atribuída \_\_\_\_%

Profissão actual \_\_\_\_\_ Categoria \_\_\_\_\_

Emprego (nome, local e ramo) \_\_\_\_\_

Profissão antes de adquirida a deficiência \_\_\_\_\_

Se nem sempre tiveste a profissão que exerces actualmente, consideras que as razões da mudança se devem a

(podem ser apontadas várias, em simultâneo, inscrevendo um X no quadrado próprio): Melhoria das condições

económicas  — Prestígio (é-se mais bem visto)  — Despedimento do emprego anterior  — Ter mudado de

região  — Limitação imposta pela deficiência  — Outras razões \_\_\_\_\_

Neste momento estás satisfeito com o teu emprego/profissão ou, se pudesses, gostarias de mudar, frequentando

um curso de Formação Profissional: SIM/NÃO Qual: \_\_\_\_\_;

em que ramo: \_\_\_\_\_)

Se te encontras reformado, em que posto/categoria foi: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

Habilitações literárias actuais \_\_\_\_\_

E antes de ir para a tropa \_\_\_\_\_ Antes da deficiência \_\_\_\_\_

Consideras que a tua deficiência te impediu de (um X no quadrado próprio): Ter uma profissão diferente  —

Melhorar o teu rendimento mensal  — Constituir família  — Outras situações \_\_\_\_\_

Quem são actualmente os teus amigos: Antigos camaradas de armas  — Amigos de infância  — Outros (quais)

\_\_\_\_\_

Costumas passar os tempos livres: a ver televisão  — a ler  — a passear  — indo a espectáculos

a ouvir música  — a participar em grupos culturais  — e/ou desportivos . Que outros interesses sociais/

/culturais/desportivos tens: \_\_\_\_\_

És dirigente de alguma organização (qual): \_\_\_\_\_

Se costumavas ler jornais, quais preferes: Diários  — Semanários  — Outros (quais): \_\_\_\_\_

E que revistas lês: \_\_\_\_\_

Costumas ler livros: SIM  / NÃO . Se sim, que tipo de literatura preferes: \_\_\_\_\_

E onde adquires os livros: \_\_\_\_\_

Tens casa própria: SIM  / NÃO . E carros: SIM  / NÃO .

Consideras-te uma pessoa independente:  / NÃO . Se NÃO, quem te ajuda nas tarefas diárias.

Consideras-te marginalizado socialmente: SIM  / NÃO . Porquê: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Consideras-te ser vítima do «stress» da guerra: SIM  / NÃO . Se SIM, que sintomas o caracterizam em ti: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Consideras satisfatório a ajuda que o Estado te proporciona: SIM  / NÃO . Se negativo, que aspectos deveriam

ser melhorados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Sendo sócio da ADFA, que tipo de participação gostarias de ter na vida associativa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tens alguma sugestão a dar aos Órgãos Sociais, centrais e regionais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E ao ELO: \_\_\_\_\_

A propósito, já alguma vez escreveste para o teu jornal: SIM  / NÃO . Se SIM, lembra-te quando e qual o tema

tratado: \_\_\_\_\_

E se NÃO, porquê: \_\_\_\_\_

Conheces algum deficiente militar que não seja sócio da ADFA: SIM  / NÃO . Se afirmativo, sabes porque não o

é: \_\_\_\_\_

E já o tentaste fazer sócio: SIM  / NÃO . Porquê: \_\_\_\_\_

És «macanudo» (radioamador): SIM  / NÃO . Se sim, qual a tua estação: \_\_\_\_\_

Conheces outros sócios da ADFA que também o sejam (quais): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Achas de interesse a instalação de uma estação na futura

Sede: SIM  / NÃO . Porquê: \_\_\_\_\_ E a criação de uma

«rede» nacional entre deficientes militares (porquê): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/92

Assinatura \_\_\_\_\_

**NOTA: Embora apenas indicado nos primeiros casos, todas as perguntas SIM/NÃO devem ser**

**respondidas com a colocação de um X no quadrado próprio.**

Escreve neste espaço as observações que entenderes:

**PARTICIPA, PREENCHENDO E DEVOLVENDO ESTE QUESTIONÁRIO!**



# RENAULT

**AOS MILITARES  
E FUNC. DAS INST. MILITARES**  
VENDAS DE VIATURAS RENAULT  
DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.  
Contacto

Deleg. de Vendas — Bernardes  
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90  
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)



## Viaturas RENAULT

**PREÇOS NAS CORES OPACAS**  
EM VIGOR A PARTIR DE 91.11.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 043 918\$00	1 431 212\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 102 138\$00	1 456 966\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 166 232\$00	1 605 277\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 225 398\$00	1 674 502\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 302 633\$00	1 764 867\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 360 426\$00	1 832 484\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 390 774\$00	2 027 205\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 449 941\$00	2 096 431\$00
Renault Clio Baccara	1 926 988\$00	2 654 576\$00
Renault Clio Sport 3 p	1 346 154\$00	1 975 000\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 532 377\$00	2 198 146\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 762 889\$00	2 467 845\$00
Renault 19 TR Drive	1 438 081\$00	1 961 038\$00
Renault 19 GTS Dynamic (P)	1 679 707\$00	2 370 522\$00
Renault Chamade GTS	1 562 675\$00	2 233 594\$00
Renault Chamade TSE	1 797 804\$00	2 508 695\$00
Renault Chamade TR Drive	1 425 098\$00	1 945 848\$00
Renault 21 GTI Bicorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault Express Combi, 5 lug.	1 228 544\$00	1 655 999\$00
Renault Express Break 1.2	1 448 724\$00	1 977 000\$00

### VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault Clio Baccara 3 P	2 077 843\$00	2 831 076\$00
Renault Clio Baccara 5 P	2 117 843\$00	2 877 876\$00
Renault 19 GTS	1 683 232\$00	2 374 646\$00
Renault 19 TSE	1 913 744\$00	2 644 345\$00

Transferência+Transportes=  
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17.980\$00; Renault 19 — 22.480\$00; Renault Chamade — 22.480\$00; Renault 21 — 22.480\$00; Renault Express, 22 480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os 30 817\$00.

### VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes

### ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.



## EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

*...e tudo se transforma*



CARRO DO ANO 1991

**RENAULT**  
Ao Ritmo da Vida

### CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58  
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14  
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

## Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
SW 1.0S 3P	1 036 500\$00	1 389 227\$00
SW 1.2NV 3P	1 098 800\$00	1 560 070\$00
SW 1.2NV 4P	1 169 900\$00	1 643 257\$00
SW 1.2NV 5P	1 148 900\$00	1 618 687\$00
GL 1.2NV 3P	1 188 720\$00	1 665 277\$00
GL 1.2NV 4P	1 240 620\$00	1 726 000\$00
GL 1.2NV 5P	1 223 220\$00	1 705 642\$00
GL 1.4NV 5P	1 279 620\$00	1 917 698\$00
JOY 1.4NV 3P	1 326 620\$00	1 972 688\$00
SW 1.5D 4P	1 447 900\$00	2 199 721\$00
GL 1.5TD 3P	1 597 320\$00	2 374 543\$00
GL 1.5TD 4P	1 649 220\$00	2 435 266\$00
GL 1.4 NZ 3P (60 CV)	1 454 600\$00	2 122 425\$00
GL 1.4 NZ 5P (60 CV)	1 497 300\$00	2 172 384\$00
GL 1.4 SE 5P (82 CV)	1 569 100\$00	2 256 390\$00
GL 1.4 SE 5P (82 CV)	1 702 500\$00	2 412 468\$00
GT 1.4 SE 3P	1 753 800\$00	2 472 489\$00
GT 1.4 SE 5P	1 796 500\$00	2 522 448\$00
GL 1.7D 5P	1 653 200\$00	2 752 394\$00
GLS 1.7TD 5P	1 955 800\$00	3 106 436\$00
GT 1.7TD 3P	2 007 100\$00	3 166 457\$00
GT 1.7TD 5P	2 049 800\$00	3 246 293\$00
GL 1.4NZ 5P (Caravan)	1 599 900\$00	2 292 426\$00
GLS 1.4SE 5P (Caravan)	1 796 965\$00	2 522 448\$00
CLUB 1.4SE 5P (Caravan)	1 873 400\$00	2 612 421\$00
GL 1.7D 5P (Caravan)	1 755 800\$00	2 872 436\$00
GLS 1.7TD 5P (Caravan)	2 049 800\$00	3 216 416\$00
CLUB 1.7TD 5P (Caravan)	2 126 700\$00	3 306 389\$00
GL 1.4 NV 4P	1 828 500\$00	2 559 888\$00
GL 1.4 NV 5P	1 874 600\$00	2 613 825\$00
GL 1.7D 4P	2 185 200\$00	3 374 834\$00
GL 1.7D 5P	2 231 400\$00	3 428 888\$00
GLS 1.7TD 4P (Diamond)	2 715 500\$00	3 995 265\$00
GLS 1.7TD 5P (Diamond)	2 758 200\$00	4 045 244\$00

## AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45-3P	970 525\$00	1 286 764\$00
UNO 45S-3P	1 060 268\$00	1 391 764\$00
UNO 45S-5P	1 129 499\$00	1 472 764\$00
UNO 60S-3P	1 088 213\$00	1 477 764\$00
UNO 60S-5P	1 152 315\$00	1 552 764\$00
UNO 60 SX	1 256 589\$00	1 674 764\$00
UNO DIESEL 3P	1 231 259\$00	1 758 764\$00
UNO TURBO DIESEL 5P	1 603 261\$00	2 250 763\$00
TIPO 1.1	1 321 546\$00	1 750 764\$00
TIPO 1.4	1 420 099\$00	2 040 764\$00
TIPO 1.7D	1 469 404\$00	2 509 764\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 673 518\$00	2 337 264\$00
TEMPRA 1.4 (Carrinha)	1 732 065\$00	2 405 764\$00

## AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 427 078\$00	2 049 504\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 486 927\$00	2 119 528\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 699 731\$00	2 368 508\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 754 445\$00	2 432 524\$00
GOLF GLTA 1.4 2 P	1 811 697\$00	2 499 508\$00
JETTA GLTA 1.4 4 P	1 865 983\$00	2 563 023\$00
PASSAT CLTD 1.6	2 802 048\$00	4 003 000\$00
PASSAT VAR CLTD 1.6	3 032 818\$00	4 273 000\$00
PASSAT GILTD 1.6	3 146 492\$00	4 406 000\$00
PASSAT GILTD1.6	3 256 775\$00	4 538 225\$00

Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.







# ESCREVEM OS SÓCIOS...



## NOVAS TECNOLOGIAS

Por Armindo Roque

Na continuação de anteriores artigos, vamos hoje debruçar-nos sobre uma aplicação prática, muito em especial para pessoas cegas, das novas tecnologias, já que a digitalização de voz está cada vez mais difundida, e a sua aplicação tende a generalizar-se.

E um exemplo disso é a actividade da APEDV, uma organização que se propôs disponibilizar equipamentos e cursos de formação acessíveis a todas as bolsas. Assis Milton, director desta instituição, e também ele invisual, conseguiu provar-nos que um cego trabalhar com um computador não é algo tão difícil, tão complicado e tão caro como muita gente pensa.

Com instalações em Chelas, a Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, tem como objectivo fundamental prestar assistência aos deficientes visuais de todo o País e foi fundada em 1980. A CML, através do NIPRED e do Gabinete Técnico de Habitação, em 1982, disponibilizou as actuais instalações.

As suas actividades são muito diversificadas: formação de telefonistas, artesanato, fisioterapia-massagem, etc. Mais de 60 formandos frequentam estes cursos, subsidiados pelo IEFP. Têm ainda núcleos a funcionar na Régua e em Beja.

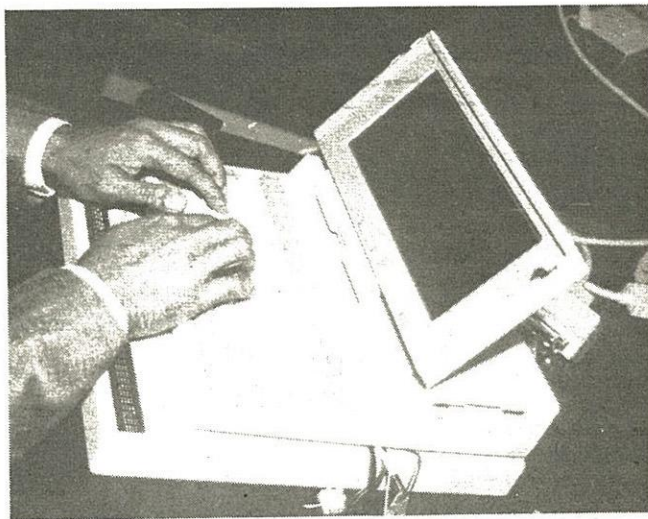
O objectivo desta reportagem é levar ao conhecimento dos nossos leitores o sistema Apollo, constituído por um sintetizador de voz e «software», que permite a um invisual adquirir uma quase total autonomia na utilização de um sistema informático.

O Departamento de Informática da APEDV foi implementado a partir de 1990. Isto porque, segundo Assis Milton, «o acesso à informática tem uma história muito recente na população de deficientes visuais, embora nos EUA, Inglaterra e outros países, tenha surgido um pouco antes». Este atraso deve-se também aos «preços assustadores», porque «os empórios internacionais visam grandes lucros, o que se reflecte no preço final». A outra grande razão é intrínseca aos produtos, «que são fabricados à base de peças que são bem caras na sua substância e têm um mercado reduzido».

O que há de inovador na actividade desta organização é o facto de disponibilizar equipamentos a preços relativamente

baixos e fornecer formação participada pelo IEFP. A junção harmoniosa dos esforços de várias entidades, APEDV, CML, IEFP e a Electro Sertec, tornam possível aos deficientes visuais não só terem equipamentos a preços acessíveis mas, sobretudo, terem acesso à respectiva formação, sendo esta, inclusive, subsidiada.

Sobre a forma como tudo começou, é uma história deveras interessante. Assis Milton disse-nos: «O meu filho estava a ler uma revista inglesa de informática, em 1989, e disse: «Ó, pai! Há aqui uma coisa sensacional para os cegos! É um sintetizador de voz chamado Apollo».



Assis Milton telefonou para Inglaterra e a empresa representante deste produto mostrou-se na disposição de colaborar, com o objectivo de adaptar o produto para a língua portuguesa (portuguesa mesmo, não brasileira). Foi enviado um técnico a Inglaterra, e numa semana o problema estava resolvido.

Este tão curto espaço de tempo deve-se ao facto «de o trabalho de base já estar feito; a síntese de voz tem uma matriz universal e é a partir daí que se fazem as variações para as diversas línguas».

O sistema é composto por três equipamentos: o Apollo; uma máquina de escrever e impressora braille, a Mountbatten Brailier, e um sistema de acesso a gráficos, o Nomad.

Existem, no entanto, mais produtos conforme a sofisticação e as necessidades dos utilizadores, como sejam as linhas braille da Tieman, um sistema de ampliação de texto (teletelas), para os deficientes visuais que ainda conseguem ver alguma coisa, e ainda um processo que faz a conversão do texto normal para ASCIL e deste para o braille ou voz sintetizada, que, permite a um cego ler texto impresso autonomamente.

A filosofia que preside a este trabalho, segundo Assis Milton, «é a de que cegos e não cegos, possam usar os mesmos equipamentos e possam executar os mesmos trabalhos».

Resumindo, os deficientes visuais deverão poder utilizar os mesmos equipamentos e os mesmos programas que qualquer outra pessoa. Assis Milton chamou à atenção que há hoje exigências estéticas no mundo da comunicação a que o computador pode dar resposta, mas que coloca alguns problemas ao trabalho feito pelos deficientes visuais.

Deste modo, a formação profissional tem de ter características muito específicas, nomeadamente no que concerne ao elevamento do nível académico do formando e

não apenas o tecnológico. «Em Portugal, como estamos a dar os primeiros passos, só agora nos apercebemos da ligação que tem de haver forçosamente entre a formação académica e este tipo de tecnologia, as duas coisas andam de mãos dadas». Os cursos ministrados na APEDV têm no seu currículo cadeiras de Inglês, Português, Francês, Relações Públicas, Noções de direito, etc.

Assis Milton afirmou que «a informática é de uma grande complexidade, é um mundo que quase não tem fim, exige um

tempo e espaço para que a aprendizagem aconteça. Penso que só a aprendizagem intensiva é que dá aos deficientes visuais o domínio necessário para a manipulação desta tecnologia, não é algo que se possa fazer num ou dois meses».

Na visita que fizemos às instalações tivemos oportunidade de observar o trabalho dos formandos e em conversa com Sá Flores, poeta e escritor, defi-



ciente visual das Forças Armadas, afirmou-nos que este sistema é para ele «fundamental: até aqui, ao carregar numa tecla ficava sem possibilidade de saber se tinha escrito a letra correcta, este sistema dá-me todas as hipóteses de eu ouvir o que escrevi, linha a linha, página a página, letra a letra, palavra a palavra, fazer as alterações que eu entender, corrigir erros, dá-me total independência naquilo que eu escrevo. Agarradinho a este 'bichinho' posso fazer do texto aquilo que eu quiser, o que já não acontece com a máquina de escrever». À pergunta que lhe fizemos de quanto teria de dispender para atingir essa auto-suficiência no caso de já possuir um computador, o mais arcaico dos XT respondeu que seria cerca de 180 contos.

Os formandos com quem contactámos nunca tinham mexido num computador e nestes três meses decorridos de aprendizagem tivemos oportunidade de verificar que já conseguem escrever e 'formatar' textos extensos sem erros.

### Sistema Apollo

O sistema Apollo divide-se em duas componentes; uma de «software» chamada HAL, que é um leitor de monitores e de memória e o sintetizador

de voz Apollo, que dá o nome a todo o sistema. O «software» do sistema permite a leitura total do monitor, incluindo linhas de «status», mensagens de erro, texto normal e ainda texto em memória. O HAL é compatível com todo o tipo de «software» exceptuando o de gráficos; trabalha com processadores de texto, bases de dados, folhas de cálculo, linguagens de



programação, entre outros.

A componente de «hardware», ou seja, o Apollo, funciona através de EPROM, que contém a programação da fonética e das regras linguísticas empregues no idioma utilizado, bem como todo o mecanismo de sintetização de voz.

O sistema tem ainda outras capacidades; seis timbres de voz diferentes com possibilidade de afinagem pelo utilizador, capacidade de pesquisa de texto, bloco de notas que vai funcionar como auxiliar de memória e pode ser chamado em qualquer altura do trabalho. Pode ainda funcionar como calculadora. O sistema tende a substituir totalmente o monitor.

### Máquina de escrever Braille

A Mountbatten Brailier funciona como uma máquina de escrever Braille. As informações digitais podem ser impressas em Braille com seis ou oito pontos por célula. Como editor de texto tem a facilidade de fazer correcções de texto, tabulações e uma série de controlos de formatação. Funciona como impressora em Braille quando ligada a um computador. Tem capacidades gráficas, memória de 25 k e opcionalmente de 128 k.

Os textos gravados em Braille podem ser convertidos para texto normal e vice-versa, os utilizadores que não conheçam Braille podem, ligando simplesmente um teclado convencional de PC MB, criar documentos em Braille.

Existem várias versões que cobrem exigências que vão do utilizador pessoal até trabalhos profissionais muito exigentes em termos de rendibilidade



de e qualidade. Os modelos de gama baixa têm preços acessíveis, um desempenho rápido e de razoável qualidade, são, no entanto, extremamente barulhentos.

### Nomad

O Nomad é um equipamento concebido especialmente para pessoas deficientes visuais. A sua finalidade é proporcionar-lhes a possibilidade de interpretar gráficos. Poderá ser utilizado no ensino de Biologia, Geografia, Física, Electrónica, Programação, etc.

O Nomad tem dois níveis de funcionamento, normal e avançado, funciona em conjugação com um PC e um sintetizador. É composto por um tabuleiro sensível ao tacto, sobre o qual se coloca o documento. Quando se toca num ponto deste, o sistema interpreta e lê a informação. Os gráficos em relevo utilizados não necessitam de codificação em Braille, os jogos podem ser facilmente adaptados, permitindo que pessoas cegas e com vista possam divertir-se conjuntamente e não são necessários conhecimentos de programação.

Este sistema permite ainda, entre outras coisas, a aplicação de escalas aos gráficos com medições exactas e o cálculo de direcções, distâncias e áreas.



# Nós com os outros

Terminamos hoje a publicação da entrevista com o chefe de Redacção do ELO, José Manuel Sande (JMS), a qual, iniciada em Novembro último, deveria ter sido terminada em Janeiro. No entanto, problema de espaço havido em Dezembro obrigou a este atraso, razão pela qual, e embora já toda a conversa original transcrita em devido tempo para papel, se julgou conveniente voltar a falar com o entrevistado, para o caso de entender oportuna qualquer alteração. E de facto assim aconteceu, como se pode depreender por algumas das afirmações e considerações agora feitas.

**ELO:** Vamos então acabar a nossa conversa?

**JMS:** Vamos, mas note-se que sem grande vontade minha! Aproveito, aliás, a ocasião para fazer uma breve análise sobre uma questão a que talvez os de fora não deem importância mas que tem, e muita, para os que fazem este, ou qualquer outro, jornal. Trata-se da existência, neste caso da não existência, do que se poderá chamar linha ou fio de retorno, no sentido de que quem escreve possa ter a percepção do que pensa quem lê sobre o publicado, de forma a poder fazer uma análise do trabalho realizado, permitindo-lhe introduzir as modificações convenientes. Muitas, para mim demasiadas, vezes tem sido repetido nas páginas do ELO o apelo para que os sócios escrevam, não apenas artigos mas também apresentem críticas e sugestões. E nunca se disse que aquelas teriam que ser só boas... É evidente que é agradável saber que se está a fazer um trabalho útil e de interesse, mas é muito mais necessário saber o que se acha que está mal e deve ser mudado, já que um jornal, ou um artigo, não é, não pode ser, um exercício de autocontemplação ou um passatempo para mera satisfação pessoal, mas sim deve entender-se, e fazer-se, como uma função essencialmente voltada para os outros, para a comunidade, sendo fundamental, para levar a cabo tal missão, o estabelecer-se uma comunicação mútua entre a equipa que faz o jornal e o seu público.

**ELO:** E no caso do ELO isso não se faz?

**JMS:** Não, não se faz. É pior, garanto que não é nada agradável, ao falar com os sócios, entre eles mesmo dirigentes, perceber que não leram sequer o jornal. Embora não seja o nosso caso, tal facto, em outras situações, poderia levar a desinteresse, mesmo desleixo, por se considerar que não vale a pena o esforço.

Especificamente quanto a esta conversa, ela só continua, e acaba, em razão de mensagens de apoio que recebi de dois sócios, um deles até que fez parte da minha C. Caç., em Cabinda.

**ELO:** Nesse caso... podemos voltar à nova Sede, que era onde ficámos?

**JMS:** Com certeza! É uma obra de todo merecida que só peca por tardia. Haverá, certamente, quem lhe ponha defeitos... que terá, mas há também que aceitar que quem procura apenas a per-

feição nunca chega a fazer nada.

São instalações de grande qualidade que deverão ser consideradas, muito para além da simples questão de mudança de condições de trabalho e de convívio, já numa projecção futura das enormes possibilidades, e responsabilidades, que ficam abertas, como empolgante desafio, à Associação — seu todo, dirigentes, sócios e trabalhadores —, quer a nível nacional quer internacional.

Mas é, por isso mesmo, uma realidade que merece uma reflexão mais cuidada sobre o que, na verdade, representa, significa e obriga.

Em primeiro lugar, gostaria de falar de «solidariedade», palavra que para além de bonita deve traduzir qualquer coisa de muito concreto, mesmo que a revelação de tal sentimento não tenha que apresentar aspecto meramente material(ista). E solidariedade sentimo-la todos nós, ex-combatentes, em tantas situações vividas em Angola, Guiné ou Moçambique, onde e quando cada um não precisava de fazer sentir que contava com os outros, sendo a generosidade e a dádiva absolutas, quantas vezes quase inconscientes.

Mas onde está a memória desses tempos que tanto nos marcaram? Apenas nos alegres almoços de confraternização entre os vivos e/ou nos solenes minutos de silêncio guardados pelos mortos? Lançada uma campanha de angariação de fundos para a construção da casa-mãe de camaradas que, compartilhando perigos e alegrias, se calhar mesmo ao nosso lado estiveram doentes ou foram feridos, com a infelicidade de ficarem deficientes, que adesão se tem verificado?! Não falo já de haver sócios, alguns com os seus problemas resolvidos e razoáveis pensões, que nada deram, invocando, talvez, razões de desacordo com a orientação da vida associativa, o que nada tem a ver com a finalidade colectiva da obra. Falo, sim, dos não deficientes, quer do QP quer do QC, que nada fizeram até agora, pon-do até em causa a existência da célebre, e celebrada, «camaradagem»!

**ELO:** Não será tanto assim...

**JMS:** É, e infelizmente posso prová-lo, até para grande desilusão pessoal. Contactada a maior parte dos elementos da minha ex-companhia, que eu pensava, como possivelmente muitos outros «comandantes» sobre as deles, ser dife-

rente e até mesmo excepcional, por ocasião dos preparativos de mais um almoço, e solicitadas contribuições para a nova sede da ADFA, apenas dois responderam; conseguidas, pessoalmente, adesões de alguns oficiais-generais e superiores dos três ramos das Forças Armadas, e também de ex-oficiais milicianos, publicados os seus donativos no ELO, nenhuns outros lhes seguiram o exemplo, embora o jornal seja enviado para dezenas de serviços e unidades milita-



Por muitos foi certamente notada a troca de fotografias neste espaço de «Nós com os outros» no ELO de Janeiro, entre Patuleia Mendes e Armando Roque. Para quem tenha dúvidas, o Director do nosso jornal é o primeiro da esquerda nesta foto, encontrando-se aqui junto do seu antecessor, Eduardo Cascada, e do Chefe de Redacção, José Manuel Sande (respectivamente, os segundo e terceiro também a contar da esquerda).

res; mesmo uma organização de antigos combatentes, cujo presidente, por ocasião da cerimónia do lançamento da primeira pedra, considerou, com entusiasmo, a possibilidade de colaboração através da sua publicação própria, mais tarde desconheceu uma sugestão, acompanhada de cheque, para iniciar tal subscrição entre os seus filiados.

E não quero aqui falar das respostas negativas, algumas invocando dificuldades económicas — à atenção do sr. ministro das Finanças... —, e outras informando não estar dentro do seu âmbito tal tipo de acção — como se estivesse no âmbito ou plano de qualquer militar o ser morto ou ferido... —, de várias das maiores empresas portuguesas, — e os interesses de então de algumas terão sido defendidos com o nosso sangue e a nossa dor... —, embora entre o seu pessoal se encontrem muitos ex-combatentes, nomeadamente, e fazendo conta aos anos passados, como quadros superiores e executivos.

Em segundo lugar, gostaria de reflectir sobre a oportunidade que é dada à ADFA, em função da transferência para a nova Sede, para alterar comportamentos e melhorar serviços, reassumindo, em força, uma vontade de luta que talvez esteja um tanto, demasiado, adormecida.

Alterar comportamentos, na medida em que não só haverá que abrir cada vez mais a Associação para e ao exterior (a revisão de Estatutos, em marcha, não poderá considerar a existência de outros sócios, como «correspondentes» ou «auxiliares?»), deixando de estar

tanto voltada para si e para os seus problemas, como também, e a um nível particular e pessoal, cada um dos sócios terá que pensar de uma forma, digamos, mais colectiva, sentindo que a sua participação é essencial para o todo, estando este dependente e sujeito à unidade total das acções individuais.

E sobre esta falta de consciência colectiva posso dar-lhe um exemplo bem concreto e actual, através do questionário associativo publicado no ELO de Janeiro

— e repetido este mês —, já que, mau grado até o aliciante de um sorteio... que não deveria ser necessário fazer, o número de respostas recebidas até esta nossa nova conversa. num universo de alguns milhares de sócios, não chega a ser significativo e muito menos permitirá, se entretanto não chegarem muitas mais — e aqui fica também o meu apelo —, estudos e análises capazes de servirem de base a propostas de trabalho concreto, no sentido de, muito especialmente, se procurar proteger os direitos e melhorar as condições de vida dos deficientes militares mais desfavorecidos. E creio saber que, inclusive, foram muito poucos os elementos dirigentes, centrais e regionais, tal como outros sócios geralmente mais responsáveis, que devolveram o inquérito preenchido. Porquê?

Fala-se muito da necessidade de mudança de mentalidades, referindo normalmente a sociedade envolvente mas, neste caso, não haja dúvida que ela é muito mais interna.

Em terceiro e último lugar, permito-me uma observação que é também a mensagem de um ex-combatente, que até nem é deficiente, ao Poder central e local e à Instituição Militar.

Já alguma coisa foi feita em relação aos deficientes militares e aos seus direitos, embora nem sempre, e infelizmente, com o cuidado necessário a não permitir abusos por parte de uns tantos — mesmo em campanha e situações de perigo havia quem fosse capaz de se «baldar»... —, o que vem prejudicar o interesse e respeito de todos. No entanto, muito

mais pode e deve ser feito, mau grado as imperfeições e falhas que possam ser-lhe complementares.

Passando ao de leve, entre muitos outros casos, pela melhoria do atendimento hospitalar e do fornecimento de próteses, pela necessidade de criação de uma unidade de alojamento temporário, em Lisboa, para grandes deficientes vindos a consulta ou tratamento, por uma mais estreita colaboração da entidade militar (transportes e outro apoio logístico), das autarquias e dos governos civis, em relação a projectos regionais no âmbito das delegações, sem esquecer a tão importante questão legislativa e a procura de soluções, ou sua concretização, para os problemas que afectam toda a pessoa com deficiência, penso que seria útil, e urgente, um protocolo de cooperação envolvendo a ADFA, gabinetes ministeriais próprios e autoridades regionais e locais, no sentido de um levantamento social, e nacional, da situação dos deficientes militares, e alguns outros ex-combatentes, não só para acudir e resolver inúmeros casos, que os há, de miséria, de abandono e mesmo de prisão, como também para permitir um estudo o mais alargado possível sobre a verdadeira dimensão, em termos qualitativos e quantitativos, do «stress» da guerra e de outras afecções psíquicas que não são ainda consideradas em termos de legislação especí-

fica, obviando, ao mesmo tempo, a especulações sobre tal assunto.

Em conclusão, em complemento à exigência que a Nação fez, e faz, aos seus filhos no cumprimento do dever militar, e em resposta ao sacrifício a que foram, e estão, sujeitos aqueles que tiveram a infelicidade de se deficiente, com todas as suas consequências familiares, sociais e profissionais, a mesma Nação, através de todos os meios ao seu alcance, tem obrigação de lhes proporcionar, e garantir, uma vida que não só os dignifique a eles como também a ela própria. E é no sentido dessa obrigação, que não «tutela», que o apoio à ADFA, na sua consubstancialidade, deve ser dado e aumentado, já que a Associação é, tem sido, a melhor intérprete dos anseios e necessidades dos deficientes militares, e não só.

**ELO:** É tudo?

**JMS:** Nem pensar! Muito mais haveria a dizer, ainda, sobre tudo isto, e mais: a FMAC... a União... a cooperação... Mas talvez que para outro dia.

**ELO:** A sua mensagem final?

**JMS:** A subjacente a toda a nossa conversa: acabar com «Pátria madrastra, filhos ingratos, irmãos desavindos».

Mas principalmente que não hajam mais deficientes militares, eliminando-se, à partida, a causa da sua existência!

**A BDK — Federação Alemã de Cegos de Guerra** — celebrou, em Março de 1991, setenta e cinco anos de existência, o que a torna, supomos, a mais antiga associação de deficientes militares, em todo o Mundo.

Por tal facto, e recebida uma sua revista comemorativa, entendeu-se considerar um artigo nela incluído, da autoria do respectivo Presidente Federal, Franz Sonntag, como oportuno para transcrever nesta segunda parte de «Nós com os outros».

Recorde-se, entretanto, a vinda a Portugal do dr. Sonntag, também presidente do IKK — Congresso Internacional dos Cegos de Guerra —, com uma visita à ADFA (ELO/Out90) por ocasião da 3.ª Assembleia Geral da União Europeia de Cegos.

A 5 de Março de 1916, 37 cegos de guerra, provenientes dos hospitais militares de Berlim, fundaram a, como então era chamada, Federação dos Soldados Cegos.

Hoje podemos perguntar-nos o que estava nas mentes destes homens que criaram a primeira organização alemã de vítimas de guerra, já lá vão 75 anos. Mas lendo as memórias da Imprensa chegamos às motivações destes companheiros de armas na criação pronta da BDK — Bund der Kriegsblinden Deutschkabs, as quais foram materiais e idealistas.

Por um lado, os nossos antecessores fundadores tiveram necessidade de regulamentar as pensões de vítimas de guerra, enquanto que, por outro lado, sabiam muito bem que não necessitavam somente de uma pensão suficiente, mas ainda,

mais urgentemente, de calor humano e de obterem segurança e uma vida digna.

Tendo em vista a natureza fundamental destas necessidades, os cegos de guerra viram então fundada a Federação de Cegos de Guerra Alemães, como uma comunidade de companheiros de infortúnio e um grupo de pressão representativo dos seus interesses. Na sua assembleia de constituição, nesse histórico dia 5 de Março, deram a conhecer a seguinte lista, das mais importantes funções da sua recém-criada organização:

— ajudar uma outra pessoa, com sacrifício de si próprios;

— aceitar o valor moral da auto-ajuda;

— reclamar apropriada posição na sociedade;

— exigir reabilitação física e vocacional;



# Nós com os outros

## A FEDERAÇÃO ALEMÃ DOS CEGOS DE GUERRA, AGORA NO SEU 75.º ANIVERSÁRIO

— solicitar pensão e esquemas de segurança para todas as vítimas, em pé de igualdade.

Tendo em vista estes objectivos, parece-nos correcto dizer que a fundação da Federação foi um marco na política social da Alemanha. De uma maneira razoável, os cegos de guerra, confrontaram o Governo e a sociedade, com o facto de que tinham feito enormes sacrifícios ao serviço da Pátria e, por essa razão, tinham direito a receber auxílio e ajuda financeira. Desde o início, no entanto, não se contentaram simplesmente em registar apelos e fazer exigências: eles tinham tudo a seu favor para obterem óptimos resultados, nos respectivos empregos e profissões. Tudo isto explica porque 3000 cegos de guerra, hoje sobreviventes, recordam aqueles 37 que fundaram a BKD em 05 de Março de 1916, com espírito de gratidão e camaradagem.

### A posição da BKD no Estado e na nossa sociedade

A influência das organizações das vítimas de guerra é regulamentada pelos seus membros que, de forma global, deverão contar-se pelas centenas de milhares. Não há forma para que a BKD, possa medir, para uma merecida afirmação de respeito e reconhecimento, da verdadeira desgraça dos primeiros cegos de guerra e da imensidão do seu sacrifício.

Mesmo depois de 1916, a força da BKD, como organização de vítimas de guerra, resultou do facto de que abraçou a causa de quase todos os cegos de guerra do país. Deixem que lhes dê conta somente de alguns números entre 1918 e 1990.

No final da primeira Guerra Mundial, o número de cegos de guerra na Alemanha era de 11 000. Em 1965, 6000 ainda viviam na República Federal, enquanto que, hoje, os membros da BKD incluem 3200 cegos de guerra e 2300 viúvas de cegos de guerra.

Nos seus 75 anos de existência, a BKD implementou todo um serviço de suporte, tendo para o efeito criado organizações estaduais e distritais. Os órgãos oficiais destes grupos representam os cegos de guerra, e suas viúvas, nos seus assuntos com a Administração pública e nos tribunais. É uma das funções da Federação Estadual manter laços com o Governo e com membros do Parlamento, no que se reporta à política social, com vista a exercer um dado grau de influência no contexto da legislação social federal, através do Conselho Federal.

Finalmente, a tarefa de cooperar no trabalho de legislação do Parlamento Ale-

mão e da apresentação de sugestões e desejos dos cegos de guerra, no decurso de consultas preliminares, pertence à Direcção Federal da Federação. Foi especialmente o impacto do trabalho da BKD, ao fazer avançar a legislação estrutural de pensões de vítimas de guerra, promulgadas em 1990, que mostrou a influência que a organização tem, representando os interesses dos beneficiários de cuidados de enfermagem e das suas viúvas.

A pública apreciação da Federação manifesta-se especialmente por ocasião do prémio anual de rádio dos Cegos de Guerra, o qual é regulamentadamente atribuído no plenário da Câmara Federal, em Bona. Em 28 de Junho de 1990, a nossa organização, pela 39.ª vez, arrecadou o troféu, um dos maiores prémios de literatura que é concedido hoje na Alemanha.

Neste contexto, não devemos esquecer-nos de mencionar que, em 22 de Maio de 1990, a BKD deu uma recepção em Bona para celebrar o 25.º aniversário, no desempenho das funções de seu presidente, ao dr. Franz Sonntag, altura em que o Chanceler Federal, dr. Khol, falando perante 200 convidados, e num impressionante discurso, expressou a sua apreciação pelo trabalho levado a cabo pela nossa organização e pelos cegos de guerra alemães.

### Reabilitação profissional

Após a I Grande Guerra, os órgãos governamentais estavam, em certa medida, sem capacidade para qualquer ajuda, perante o desejo de reabilitação profissional expresso pelos cegos de guerra.

Na sua opinião, os empregos tradicionalmente reservados aos cegos eram suficientemente bons para providenciarem chances de desenvolvimento quer aos cegos de guerra bem como aos civis.

Mas pessoas que tinham cumprido o seu dever, como soldados e oficiais, em combate, e o tinham cumprido bem, recusaram ser atirados para um qualquer antigo emprego. Eles exigiram ser empregados de acordo com as capacidades da sua educação e formação profissional, cientes das suficientes oportunidades de desenvolvimento do mercado de trabalho, mesmo para cegos de guerra.

Tomada esta posição, não levou muito para que cegos de guerra, empregados de escritório, distribuidores, artífices, executivos, professores e advogados, aparecessem às dezenas. Mais do que tudo, toda esta gente não estava para desistir dos seus empregos, muito pelo contrário, muitos deles eram exemplares no desempenho das suas profissões.

Após a II Guerra Mun-

dial, a BKD continuou a reclamar que a reabilitação profissional deveria ter prioridade sobre as pensões e que, consequentemente, deveria ser dada primazia à reintegração profissional e treino. Podemos dizer, com satisfação, que nos anos 60, cerca de dois terços dos 6000 cegos de guerra, vivendo na República Federal, estavam profissionalmente colocados. Não há outro país no Mundo onde tenham sido obtidos resultados tão bons, e a Federação Alemã dos Cegos de Guerra pode, juntamente, dizer bem alto, ter estado na frente de todos os organismos que desempenharam a sua parte, na obtenção deste sucesso.

Até ao momento a BKD nunca se cansou de motivar os seus elementos para lutarem por uma profissão, e os excelentes resultados obtidos mostram que as campanhas montadas pelas nossas organizações de vítimas de guerra foram perfeitamente apropriadas.

Olhando para trás, podemos ficar satisfeitos, já que o sucesso profissional dos cegos de guerra, contribuiu para o bem-estar de todas as pessoas cegas no nosso país, após um curto compasso de espera. Não é mais possível recusar acesso a qualquer emprego a um cego civil, se um cego de guerra, com capacidades semelhantes, desempenhou bem as suas funções, apesar da sua deficiência.

### Trabalho voluntário e disponibilidade para o sacrifício

Os 5000 membros da BKD formam uma comunidade homogénea e um grupo de pressão. Podemos, certamente, congratularmo-nos pelo sucesso com que os representantes oficiais da BKD têm representado os interesses dos nossos membros a todos os níveis, federal, estadual ou distrital. Isto é motivo de reconhecimento, especialmente porque todos os funcionários são voluntários, muitos deles sacrificando regularmente as suas horas de lazer no trabalho para com todos.

Para compreendermos o completo significado dos funcionários voluntários, temos que dizer que uma larga maioria deles, trabalhando para a nossa organização, não pode deslocar-se sem o auxílio e ajuda das suas mulheres e enfermeiras.

Por trás de uma organização de auxílio, como a Federação Alemã de Cegos de Guerra, para levar a cabo as suas funções de uma maneira digna, implicitamente tem que se contar com o sentido de responsabilidades e sacrifício dos seus membros. Nas duas últimas décadas, por exemplo, cegos de guerra e suas viúvas, repetidamente, doaram fundos ou mesmo propriedades, para providenciarem facilidades de

reabilitação e recreação postas em prática pela BKD. Sem este magnífico auxílio, os nossos dez lares e locais de lazer nunca teriam atingido o nível de desenvolvimento actual.

Em 1990, membros da BKD, deram ainda uma outra prova do seu espírito de camaradagem, doando, voluntariamente, mais de 100 000 Marcos para se erigir um monumento às vítimas da guerra e da violência. Falando destes donativos, não foi sua intenção exacerbar sentimentos nacionalistas; ao procederem deste modo, os cegos de guerra da Alemanha deram expressão ao seu forte desejo, em nome de todos, junto do poder político em todo o Mundo, de salvaguarda e preservação da Paz. Ao mesmo tempo, foi seu objectivo, contribuindo para a construção deste monumento, expressar de forma apropriada, até ao cerne do nosso sentir e ao limite das nossas forças, a nossa solidariedade aos cidadãos de todas as nações que perderam as suas vidas por causa da guerra e da violência.

### Recursos de saúde, recreação e reabilitação

Desde sempre, e até agora, a Federação foi questionando acerca do facto dos seus lares funcionarem como centros de recreação e também como centros de reabilitação.

Algumas vezes, estas questões aparecem, no sentido de se saber se estas facilidades não fomentarão o isolamento dos cegos de guerra. Os próprios, no entanto, especialmente aqueles que têm múltiplas deficiências, estão convencidos de que é importante que pessoas com severas sequelas de guerra possam permanecer e movimentar-se livremente, num espaço seu.

Mais do que tudo, os lares, as facilidades recreativas e os centros de reabilitação, concentrados na nossa Federação desenvolveram-se como locais de encontro, onde as nossas irmãs e irmãos podem reunir interesses específicos que, como pessoas cegas, têm, ou simplesmente para férias, ou para um tratamento termal.

Neste contexto, é necessário inquirir quais as consequências da perda de um sentido na guerra. É um facto bem conhecido que 90 por cento de todas as impressões sensoriais são recebidas opticamente, assim a cegueira causa doenças físicas e mentais, e isto especialmente no que se refere a pessoas que cegaram nos últimos anos, as quais correm o perigo de um completo isolamento.

Para expressar este quadro social, fisiológico e psicológico, usamos e continuamos a usar, expressões como os seguintes «slogans»:

— Ser cego de guerra sig-

nifica muito mais que perder a vista»

— «Ser cego de guerra significa uma súbita e total rotura com toda a sua vida passada».

— «A cegueira de guerra aflige sempre duas pessoas»

Isto mostra claramente que para qualquer pessoa cega de guerra, tratamento, recreação e cursos de reabilitação são de vital importância e significado. Outro ponto muito importante é que as mulheres dos cegos de guerra devem ser instigadas a participar, tal como eles, nos programas da BKD, com vista a fomentar e preservar a sua força, no tratamento dos seus maridos. Imediatamente a seguir à I Guerra Mundial, a Federação, começou a adquirir casas e a organizar cursos de tratamento e recreação para cegos de guerra, suas enfermeiras e suas viúvas.



Dr. Franz Sonntag, e esposa, na assinatura do Livro de Honra da ADFA (Out/90)

Hoje, os nossos membros estão em posição de escolher entre dez atractivos lares e centros de recreação, bem como centros de reabilitação. Isto é uma das maiores contribuições que a BKD tem dado, preservando a saúde, o bem-estar, a criatividade e a felicidade dos seus associados.

Um aspecto da maior importância é o trabalho que fazemos nos nossos centros de reabilitação, onde os cegos de guerra são informados acerca das mudanças no nosso Mundo e são familiarizados com os mais recentes desenvolvimentos da ciência, pesquisa, política, e transportes públicos, bem como da arte e literatura. Ao mesmo tempo, os cegos de guerra podem frequentar cursos, operando com tradicionais e/ou modernos métodos de ajuda, tais como máquinas de escrever com reconhecimento de voz, várias formas de terapia ocupacional, desportos, jogos, ginástica, natação e outro vasto leque de interesses.

### Você também pode ajudar

Mais de 45 anos passaram desde o final da II Guerra Mundial e a maioria dos nossos cidadãos cessou de recordar este pesadelo e as suas horríveis consequências. Nós, os ce-

Nós, os cegos de guerra, não podemos esquecer esse conflito, pela perda da nossa visão, recordando, dia após dia, o horror que mudou as nossas vidas, vai para cinco décadas. Nesta conjuntura, damos ênfase ao facto de que a Federação, não se preocupa e presta cuidados somente aos que perderam a vista, como soldados, no campo de batalha: entre os membros da nossa organização de vítimas de guerra, há mais de 150 mulheres que cegaram pelo efeito de explosões de bombas, algumas muito novas; há os que cegaram após o final da guerra, em exercício ou em combate, servindo o Exército Federal (\*). Os nossos concidadãos, frequentemente perguntam onde e como podem ajudar os cegos de guerra, dando-lhes o sentimento de segurança necessário ao início da sua integração com uma posição adequada na

gos de guerra, não desejamos ser deixados de fora; muito pelo contrário, ficamos muito gratos por qualquer experiência de contacto humano e camaradagem, através dos nossos vizinhos e companheiros de trabalho, quando em deslocações e em qualquer lugar onde encontrarmos seres humanos.

Nos 75 anos da sua existência a comunidade e o grupo de pressão dos cegos de guerra alemães, muito fizeram pela reabilitação e reintegração.

A Federação Alemã dos Cegos de Guerra continua a trabalhar na mesma direcção e, assim, esperamos a cooperação e auxílio do Governo federal, dos ministérios sociais dos respectivos Estados, e de todos os órgãos governamentais, na ajuda às vítimas da guerra e na obtenção de pensões e esquemas de segurança. A um nível mais geral, daqui apelamos a todos que têm responsabilidades na política social, bem como a todos os cidadãos do nosso país, para que sejam úteis e de mentes abertas e compreensivos para com os cegos de guerra, hoje e no futuro.

(\*)Nota da Redacção: Recorde-se que a RFA foi palco ainda não há muitos anos, de intensa actividade terrorista, devendo ser a tal situação que aqui se refere o artigo.



# JORNAL ASSOCIATIVO

A dinâmica das instituições é fruto da intervenção participada daqueles que as compõem.

## INTERVÉM — PARTICIPA

### ASSEMBLEIA-GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

#### — Relatório da DC

Realizando-se a 28 do próximo mês a assembleia geral nacional ordinária para, nos termos do n.º 1 do Art.º 27.º dos Estatutos da ADFA, «apreciar e votar o Relatório de actividades do Conselho Nacional, Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal relativos à gerência do ano findo», e não sendo possível, à data de saída deste ELO, a divulgação do balancete e relatório de actividades da DC, tais documentos estarão, para consulta, à disposição dos sócios na sede e nas delegações, conforme estipula o n.º 2 daquele mesmo artigo, a partir do dia 18 de Março.

Na sua função de informar, ELO procurou saber quais as grandes linhas do Relatório, podendo já delas salientar as seguintes:

— relativamente à nova Sede, incremento nos apoios conseguidos, arranque da 2.ª fase de construção, estado da obra e visita à mesma efectuada pelo secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional;

— na área da legislação, a evolução dos projectos em negociação, em destaque para o Estatuto do Deficiente Militar, grandes deficientes em serviço com menos de 80% de incapacidade, sujeição a IRS das pensões militares e situação das doenças agravadas em serviço;

— dos contactos internacionais havidos, realçar-se-ão:

- realização, em Lisboa, de um encontro entre delegações dos quatro países que integram a União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e frequência, na ADFA, por parte de elementos da Associação dos Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, nossa congénere moçambicana, de um curso de formação profissional para quadros associativos;
- no âmbito da FMAC, a realização, ainda em

Lisboa, da 14.ª reunião da CPAE, onde a ADFA assumiu a presidência desta Comissão; em Rabat (Marrocos), a 7.ª Reunião da CPAA, já com a presença efectiva das associações de Angola e de Moçambique; em Helsínquia (Finlândia), a XX Assembleia-Geral, na qual a nossa Associação fez aprovar um documento sobre o Direito Internacional (Timor).

- as comemorações do 75.º aniversário da BDK (Alemanha);

— a nível nacional destaque para:

- audiências com o Presidente da República, primeiro-ministro, ministro e secretários de Estado da Defesa Nacional, ministros do Emprego e da Segurança Social e ministro e secretário de Estado das Obras Públicas;
- reuniões de trabalho com chefias militares e autarquias;

- participação no Conselho Nacional de Reabilitação, no Dia Nacional do Deficiente e na AJUTEC-91;
- presença nas comemorações do aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa;

- colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, em especial a celebração do protocolo que criou o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia;
- presença e participação em encontros, conferências e colóquios diversos, para além de intervenção em vários meios de Comunicação Social;

— finalmente, quanto à vida associativa:

- acto eleitoral nacional para o biénio 91/93;
- jornadas de informação entre órgãos sociais centrais e regionais;
- diversas actividades na sede, delegações e núcleos;
- 17.º aniversário do ELO com primeira visita nacional à nova sede;
- continuação de acções de Formação Profissional em Lisboa e no Porto;
- evolução positiva do funcionamento da Tipografia-Escola.

### Panorama

Realizaram-se, em Fevereiro, as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação para análise e aprovação dos «Relatórios de Actividade e Contas» das Direcções das Delegações e dos «Parecer» dos respectivos Conselhos Fiscais, em encontros que mobilizaram sócios de todo o País, no mesmo mês em que, com elementos com assento por inerência e por eleição, também do todo associativo, se reuniu o Conselho Nacional que aprovou o «Relatório de Actividades» próprio do ano de 1991 e o que sancionou o «Plano de Actividades» e o «Orçamento», da Direcção Central, para o exercício de 1992.

Aproxima-se agora, em Março a Assembleia Geral Nacional Ordinária que debaterá o «Relatório de Actividades» daquele Conselho Nacional, o «Relatório e Contas» da Direcção Central para além do respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, todos relativos ao ano de 1991, assim como aprovará o valor da quota que vigorará no

ano de 1993, em evento de onde se espera que a forte participação e presenças associativas sejam lídimo barómetro do empenhamento e do interesse de todos nós, sócios, pelo futuro e dinâmica da ADFA, garantia primeira do nosso inalienável direito à dignidade e ao reconhecimento.

Já em Abril e organizado pelo activo Núcleo de Alcobaça, em jornada há muito esperada e que se prevê impulsionadora de uma mais forte e inovadora intervenção e aproximação da ADFA aos seus associados, terá lugar o I Encontro Nacional de Núcleos, no momento em que da instituição esperamos, para além de um forte e responsável poder reivindicativo, a capacidade, por vezes tão simples, de nos ouvir e compartilhar problemas.

Finalmente, a nossa presença, em Maio, numa grande confraternização associativa, será a verdadeira prova de que acreditamos que a nossa Casa, ao cumprir 18 anos, e por isso mesmo, é garante de juventude, vigor e esperança.

### Calendário associativo

28 MAR. Assembleia Geral Nacional Ordinária, em Lisboa	14 MAIO 18.º aniversário da ADFA
11 ABR. I Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça	23 MAIO 2.º aniversário da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.
25 ABR. Dia da Liberdade	



**COMPARECE!**

**O empenhamento individual é sinal de vitalidade colectiva**

### Dos Estatutos...

... se transcreve, em relação ao acto associativo do próximo dia 28 de Março, o que mais importa recordar sobre a «Secção II/Órgãos Sociais de Âmbito Nacional — Subsecção I/Assembleia Geral Nacional»:

#### ARTIGO 24.º

1. A Assembleia Geral Nacional (AGN) é constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos e será dirigida por uma mesa (MAGN) composta por um Presidente, um Primeiro e um Segundo Secretários.

2. Na falta ou impedimento do Presidente, este será substituído pelo Primeiro Secretário.

#### ARTIGO 25.º

Compete à MAGN:

a) Convocar a Assembleia Geral Nacional (AGN) e dirigir os seus trabalhos;

...

#### ARTIGO 26.º

1. A Assembleia Geral Nacional reunirá em sessões ordinárias ou extraordinárias.

2. A Assembleia Geral Nacional será convocada por meio de aviso postal expedido para a residência de cada sócio ou através do jornal da ADFA e divulgação por aviso afixado em local visível na Sede e em todas as Delegações, com a antecedência mínima de quinze dias.

#### ARTIGO 27.º

1. A AGN reunirá obrigatória e ordinariamente até 31 de Março de cada ano, para apreciar e votar o relatório de actividades do CN, relatório e contas da DC e respectivo parecer do CFC relativo à gerência do ano findo.

2. Os documentos referidos no número anterior e os livros relativos às contas poderão ser examinados pelos sócios na Sede e Delegações, nos dez dias que antecedem a sessão em que irão ser apreciados.

3. Nas sessões ordinárias, poderá a AGN tratar de qualquer assunto, desde que incluído na ordem de trabalhos e

respectiva convocatória, excepto alteração dos Estatutos, fusão, dissolução e liquidação da ADFA.

#### ARTIGO 32.º

1. Constitui-se a AGN e são válidas as deliberações tomadas, quando o número de sócios presentes e os termos em que a convocação tiver sido feita estiverem de acordo com a legislação aplicável, os Estatutos e a reunião se efectue no local, dia e hora constantes da convocatória.

2. A AGN reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados ou trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

#### ARTIGO 33.º

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta.

2. As deliberações sobre alteração dos Estatutos exigem contudo, o voto favorável de 3/4 dos sócios presentes.

3. Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se comparecerem à reunião todos os associados e concordarem unanimemente com o aditamento.

#### ARTIGO 34.º

É de exclusiva competência da Assembleia Geral Nacional:

... b) Discutir e votar o relatório de actividades do Conselho Nacional, o relatório de actividades do Conselho Nacional, o relatório e contas da Direcção Central e o respectivo parecer do Conselho Fiscal Central;

... d) Fixar as quotas a pagar pelos sócios;

e) Eleger ou designar comissões para apreciação, estudo e inquérito de assuntos que lhe sejam apresentados;

...

N.R.: Conforme também indicado noutra página deste mesmo «jornal associativo», tais documentos encontram-se à disposição dos sócios em situação legal a partir do dia 18 DE Março próximo.